

Arquivo
SUA

GUARA PIRANGA

DA BELEZA AO CAOS



Um retrato da
represa paulistana

**FÁBIO ZEMANN
SAMIRA MENEZES**

Acervo
ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data / /
Cod. 7261

Guarapiranga

Da Beleza ao Caos

Um retrato da represa paulistana

Fábio Zemann

Samira Menezes

Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo

Faculdade Cásper Líbero

Professor Orientador: Igor Fuser

2008

Créditos da Capa:

Foto: Gustavo Boaventura

Arte: Welby Dantas

SUMÁRIO

Introdução

Uma barreira seguida de outras 4

Mapa

7

Parte I | Ocupação Urbana

Ocupando e preocupando 8

Em defesa das águas 13

Urbanizar ou não urbanizar? Eis a questão 18

Parte II | Preservação

A água, o homem, a mata 25

Parte III | Conscientização

Aquele Abraço 34

Parte IV | Lazer

A represa de todos 40

Conclusão 51

Fotos 53

Uma barreira seguida de outras

Houve um momento da história do estado de São Paulo em que as águas do rio Guarapiranga pararam de seguir seu fluxo natural. Simplesmente deixaram de seguir rumo ao rio Pinheiros e se viram bloqueadas por uma barreira construída pelo homem. Era início do século 20 e a industrialização batia às portas da capital paulista. Mas para isso era preciso estar preparado. O represamento do seu curso d'água tinha como fim regular a vazão do rio Tietê, no qual o Pinheiros desembocava, e, assim, gerar a energia elétrica de que o progresso tanto precisava por meio de uma usina hidrelétrica ali instalada – a de Santana de Parnaíba (hoje Usina Hidrelétrica Edgard de Souza).

Não que a água do Guarapiranga tenha parado de chegar ao rio Pinheiros. Muito pelo contrário. A extensa barragem formada ao longo do seu leito visava justamente deixar reservadas suas águas para serem liberadas nos períodos de estiagem do Tietê. Foi então que as margens do rio Guarapiranga, ou rio Embu-Guaçu como também era conhecido, foram inundadas e deram vez à represa do Guarapiranga. O rio deu lugar a um imenso reservatório de água.

Situada dentro de uma bacia hidrográfica de 639 km² que abrange sete municípios diferentes (São Paulo, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba e São Lourenço da Serra), a represa do Guarapiranga ocupa apenas cerca de 3% desta área. Suas obras foram iniciadas em 1906 e concluídas três anos depois pela companhia canadense de energia elétrica *The São Paulo Tramway, Light and Power* (a Light, atual AES Eletropaulo). Em 1901, a empresa instalara uma das primeiras usinas hidrelétricas do Brasil e precisava compensar o fato de que o seu grande consumo das águas do Tietê estava diminuindo o seu espelho d'água.

Mas se São Paulo crescia rapidamente e demandava cada vez mais energia elétrica para sustentar o seu desenvolvimento, sua população não seguia num ritmo diferente. Em 1928, os recursos hídricos disponíveis para o abastecimento público da cidade se mostraram insuficientes. E, além de fonte indireta de geração de energia elétrica, a represa do Guarapiranga passou a fornecer cerca de 84 milhões de litros de água por dia para a população paulista. Ela se tornava assim uma de suas principais fontes de abastecimento e ganhava uma importância que permanece até os dias de hoje.

Atualmente, de acordo com a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) a represa do Guarapiranga é responsável pela segunda maior produção de água para a região metropolitana de São Paulo. Ela fornece 14 mil litros por segundo e abastece quase 4 milhões de pessoas residentes das zonas sul e sudoeste da capital. O sistema Cantareira, localizado na zona norte, é o primeiro, levando 33 mil litros de água por segundo para cerca de 8 milhões de habitantes. Além destes, há mais seis reservatórios destinados a atender a metrópole, que soma hoje mais de 19 milhões de moradores.

Porém, mesmo no topo do ranking dos fornecedores de água de São Paulo, a Guarapiranga também encabeça outra lista: a dos mananciais mais ameaçados da cidade. Isso devido à intensa ocupação urbana que seu território sofreu ao longo dos anos e que



trouxe sérios problemas ambientais para a represa, como a poluição das suas águas, o assoreamento e a degradação do seu entorno. Estima-se que hoje um milhão de pessoas vivam na região. Favelados, classes média e alta convivem lado a lado numa complexa rede que, no passado, envolveu destruição da mata nativa; e hoje, está trançada por despejo de esgoto e lixo no leito do reservatório. A grande contradição da Guarapiranga (reservatório de água poluído), só pode ser compreendida a partir de um retrospecto histórico.

Ao longo do século 20, à medida que a população aumentava, crescia também a procura por áreas de lazer. E a cidade de São Paulo – que na década de 1920 era de 500 mil habitantes, número que subiu para mais de 2 milhões no começo dos anos 50, segundo dados da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (Rio de Janeiro, IBGE, 1958, volume 30) – começava a mostrar uma das suas faces mais cruéis: o excesso de concreto e asfalto. Em busca de áreas de lazer, a população não só se beneficiava com o surgimento de parques, como o do Ibirapuera, inaugurado em 1954, como encontrava em bairros mais distantes a solução para escapar do cotidiano urbano. O historiador Ernani Silva Bruno, em *História e Tradições da Cidade de São Paulo* (São Paulo, Hucitec, 1984, volume 3), descreve:

(...) os locais de diversão, de passeio e de atividades esportivas se multiplicaram de forma notável, mesmo fora da cidade e a grandes distâncias de sua área central... representado por Santo Amaro, com suas represas, e a zona da Cantareira.

Mas o fato de ser afastada da zona central da cidade não impediu que a região recebesse moradores. Imigrantes europeus fugidos da 2ª Guerra Mundial (1939 –1945) se instalaram nas redondezas, fundando não apenas bairros, como o da Riviera, onde até hoje vivem muitos dos descendentes dessas famílias, mas também clubes náuticos de luxo. Primeiros a construir casas nas redondezas, ingleses e alemães trouxeram também a vela para a cidade – esporte que consagrou o velejador Robert Scheidt. O campeão olímpico é um caso exemplar de descendente de alemães que aprendeu a velejar na Guarapiranga.

O progresso, porém, foi mais rápido em degradar do que a capacidade (e vontade) de os governos paulistanos agirem em prol da Guarapiranga. A cidade crescia em ritmo alucinante e anunciava aos quatro cantos a necessidade de mão-de-obra. E ela veio com as mãos calejadas de mineiros, baianos, pernambucanos e toda uma multidão carente de emprego, casa e comida. Esses migrantes, em muitos casos nordestinos, encontraram o trabalho que tanto procuravam, mas não a infra-estrutura adequada e o planejamento habitacional coerente com o crescimento incessante de São Paulo.

Em sua tese *Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos* (Imaginário, v.12, n.13, São Paulo, dez. 2006), Sueli de Castro Gomes, doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, afirma:

A representação do Nordeste associada ao atraso, à pobreza, à miséria, e na outra ponta, o Sudeste, que representava o motor da economia, a imagem da modernidade, camuflou a dinâmica regional que permite a compreensão da mobilidade dos nordestinos para São Paulo. (...) O crescimento urbano de São Paulo está relacionado diretamente ao fenômeno migratório, e este, aos processos de urbanização e industrialização. O fluxo migratório nacional de maior destaque foi o dos nordestinos para São Paulo. Segundo Baptista (1998), a participação dos migrantes nordestinos,



no total de imigrantes em São Paulo em 1950 era de 27,8%, em 1974 de 49%, em 1982 de 56% e em 1997 de 46%.

Os processos a que Gomes se refere podem ser dimensionados na reportagem não assinada no jornal *O Tempo*, Suplemento Especial da Comemoração do IV Centenário (São Paulo, 24 de janeiro de 1954):

(...) Constroem-se, atualmente no município paulista seis prédios por hora, ocupando-se para isso 25 a 30 metros quadrados por minuto de construção. Surgem novos bairros, reclamando transporte, novas ruas para serem asfaltadas, novas redes telefônicas e de águas e esgotos para serem estendidas.

Em alguns casos, e com o passar dos anos, as reclamações foram atendidas. Mas nos bairros mais distantes do Centro, como os da região da Guarapiranga, o auxílio tardou a vir. Políticas de curral eleitoral na região somadas ao abandono do Estado e à falta de consciência ambiental de moradores, resultaram (e ainda resultam) na realidade atual. Favelas sem canalização, moradores sem assistência social, construções de motéis, casas noturnas e restaurantes às margens da represa ainda são um problema, apesar de soluções começarem a aparecer.

Pessoas empenhadas em promover cidadania, conscientização e educação mostram mais do que projetos: com trabalhos localizados, elas mostram a que vieram e propõem uma nova vida para a Guarapiranga. Personagens como padre Jaime, Fernando Marinheiro e Ângela Rodrigues Alves, que você conhecerá neste livro-reportagem, são apenas alguns dos protagonistas dessa história que transpõem barreiras e mostram uma relação possível entre homem e natureza.

A Represa do Guarapiranga



- Barragem do Guarapiranga
- Parque Ecológico do Guarapiranga
- Solo Sagrado de Guarapiranga
- Riviera
- Yacht Club Santo Amaro
- Pêra Náutica
- Favela Nova Guarapiranga
- Favela da Muriçoca
- Ilha dos Eucaliptos
- Praia da Lola

0 0,5km

As referências meramente ilustrativas, não refletindo o tamanho real dos locais mencionados

Ocupação Urbana

Parte I



Ocupando e preocupando

Eram três galinhas até aquela manhã de sábado. Pouco depois do meio dia, porém, apenas duas delas reviravam o lixo jogado ao ar livre enquanto Cláudia preparava a terceira para o almoço de seus três filhos e o marido. Apoiada em uma mesa improvisada, feita a partir de um pedaço de plástico e desprovida de qualquer abrigo, Cláudia está naquela que seria a cozinha da família. Ela corta e desfia o frango. Lava os pedaços com uma água que está dentro de uma bacia e os joga dentro de um pequeno balde encardido.

A terra em que pisa é batida e o ambiente, fétido. Sua casa foi erguida com a ajuda de finos pedaços de madeira – iguais aos que se encontram quebrados e espalhados ao redor, talvez esperando para serem usados em novas construções. Não há propriamente uma mesa em torno da qual Cláudia possa sentar-se com sua família e almoçar confortavelmente. Tudo ali foi feito na base do improvisado, com o que tinham em mãos quando chegaram àquela região. Ou seja, nada. Isso há cinco anos, quando vieram da cidade de Santos, no litoral sul do Estado de São Paulo.

Alguns vizinhos de Cláudia se sentem incomodados com a presença da máquina fotográfica. Eles não permitem que a conversa entre ela e os repórteres vindos “do bairro de grã-finos” se prolongue por mais tempo porque “isso não vai ajudar em nada nossa situação de vida”. Com no máximo 30 anos, Cláudia é moradora da favela da Muriçoca, localizada na margem esquerda da represa do Guarapiranga e não tem emprego. Ela conta que sua maior dificuldade é a constante falta de água na torneira (“é um dia com e três dias sem”), apesar de estar a alguns passos do reservatório. Seu marido é catador de lixo e sua vizinha mais famosa não estava em casa naquele dia. A comadre de Cláudia ficou conhecida na redondeza depois que sua filha de poucos meses de vida morreu devido às mordidas de um rato faminto.

Apesar de histórias diferentes, Cláudia, sua família e seus vizinhos são protagonistas de uma peça em que participam diversos moradores da região da bacia hidrográfica da Guarapiranga. Segundo Anselmo José de Almeida, presidente da Federação dos Favelados da Grande São Paulo, são 186 as favelas construídas nas margens da represa. Dentro dessas comunidades, quase 150 mil pessoas vivem, em grande parte dos casos, à revelia de qualquer tutela do Estado.

As primeiras casas

O surgimento das primeiras ocupações urbanas na região da Guarapiranga é anterior a formação da represa e remonta ao século 19, quando a então Vila de Santo Amaro, localizada próxima do rio Guarapiranga, configurava-se como uma importante fornecedora de produtos agrícolas e de materiais de construção à vizinha província de São Paulo. Naqueles tempos, segundo escrevem a historiadora Denise Mendes e a arquiteta Maria Cristina Wolff de Carvalho no livro *Guarapiranga: Recuperação Urbana e Ambiental no Município de São Paulo*, publicado em 2000 pela M. Carrilho Arquitetos, a região de Santo Amaro era ocupada predominantemente por chácaras e propriedades rurais, que visavam o

abastecimento do mercado paulistano com produtos como batata, milho, farinha de mandioca e carne, além de madeira e areia.

A paisagem começou a sofrer transformações profundas na medida em que São Paulo crescia cada vez mais, tanto econômica como geograficamente, e acabou por influenciar o próprio crescimento de Santo Amaro, que já começava a receber investimentos significativos na área urbana. Inaugurada em 1986, a via férrea Companhia Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro, que interligava os dois municípios a fim de facilitar as relações comerciais, é um exemplo claro do progresso que chegava à região, e um sinal de que muito mais estava por vir.

O represamento do rio Guarapiranga, concluído em 1909 pela companhia canadense *The São Paulo Tramway, Light and Power*, modificou ainda mais a região, pois junto com o imenso lago artificial ali formado vieram pessoas interessadas em construir suas casas e outras dispostas a aproveitá-lo como centro de recreação. “O contraste deste grande espelho d’água com as colinas e elevações variadas, favorecidas pela presença expressiva de bosques em muitos pontos, produziu um cenário que se tornaria local privilegiado de fruição e contemplação”, contam as pesquisadoras Denise Mendes e Maria Cristina Carvalho.

Assim surgiu o principal projeto de urbanização para a região de Guarapiranga. Batizado de “Cidade Satélite Balneária de Interlagos”, a idéia veio de um grupo de engenheiros que viram na área entre os lagos da Guarapiranga e da Billings o espaço perfeito para se construir uma “cidade modelo”, com zonas residenciais, comerciais, industriais e de lazer. O projeto previa inclusive uma praia, que seria construída artificialmente na margem da represa. Além disso, fazia parte dos planos construir o aeroporto de Congonhas, as avenidas Washington Luís e Interlagos, que interligariam a nova cidade à capital paulista, e ainda o Autódromo de Interlagos.

Tais empreendimentos foram implementados pela empresa dos engenheiros, a Auto-Estradas S/A, a partir da década de 30. Mas no que se refere à urbanização da região, o projeto da cidade satélite não caminhou do jeito que os seus idealizadores sonhavam. Isso porque, mais uma vez, a história da represa vai se misturar com a da cidade de São Paulo e com o seu intenso crescimento econômico, colocando em pauta a questão das ocupações irregulares.

Fora do planejado

“O que aconteceu na Guarapiranga é uma dinâmica da ocupação da periferia da cidade de São Paulo, que veio se consolidando no decorrer do século 20”, explica a arquiteta Lucia Sousa e Silva, do Laboratório de Urbanismo da Metrópole da FAU-USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo). “Isso tem a ver – ela prossegue – com a dificuldade de acesso a moradia pela população de baixa renda, que até a década de 30 conseguia se instalar nas áreas centrais da cidade, mas depois, com o crescimento explosivo de São Paulo, começou a ocupar as áreas mais periféricas, que muitas vezes não tinham infra-estrutura e, portanto, eram mais baratas”, esclarece. A professora assinala que aquele não foi um fenômeno que atingiu apenas a Guarapiranga: “A

cidade se espalhou para todas as periferias, norte, sul, leste e oeste, e a situação se agravou principalmente nos anos 50, quando teve um boom da população paulista”.

O problema, no caso das áreas de mananciais, e particularmente no caso da Guarapiranga, foi a ocupação sobre áreas que produzem água para abastecimento público, e que, portanto, deveriam ser preservadas. É por isso que as primeiras leis para tentar contê-la surgiram na década de 70, quando o avanço urbano sobre aqueles territórios começou a se tornar mais intenso. Não que as medidas realmente tenham conseguido atingir tal objetivo. Afinal, outras leis viriam anos depois para tentar o mesmo feito. Mas a base legal para preservar não só a Guarapiranga, como as outras caixas d'água de São Paulo, ao menos estava dada.

Foram duas as leis promulgadas naquela década: a de número 898, em 1975, e a 1.172, em 1976. Ambas pretendiam orientar o crescimento urbano nas áreas de mananciais da região metropolitana, evitando assim o seu adensamento populacional, e garantir água em qualidade suficiente para o abastecimento público, delimitando áreas de proteção ambiental. Desta maneira, foram determinados locais destinados exclusivamente para a ocupação urbana (desde que feita de forma ordenada e seguindo os parâmetros definidos pela lei), e outras reservadas para a preservação do território - cerca de 50% da região metropolitana foram considerados ambientalmente sensível e de vital importância para a produção de água. Neste caso, entravam as margens da represa, as beiras de rios e córregos que nela desaguavam, áreas cobertas por matas, entre outros.

Acontece que essas leis, apesar de serem consideradas rígidas no que se refere ao controle da expansão urbana, não conseguiram cumprir com esse objetivo, na medida em que construções irregulares não deixaram de aparecer na região. Muito pelo contrário. Se por um lado ela obteve êxito em controlar as construções regulares e a instalação de indústrias no seu território, por outro acabou estimulando o surgimento de loteamentos clandestinos; já que proprietários de grandes áreas desocupadas começaram a desmembrá-las e dividi-las em diversos terrenos menores, passando a comercializá-los ilegalmente. “Esses loteamentos eram longe dos centros urbanos e não tinham infra-estrutura, mas eram mais acessíveis e davam a chance de o trabalhador ter a sua casa própria”, explica Lucia Sousa e Silva.

“O poder público criou as leis acreditando que sem infra-estrutura ou estradas automaticamente as pessoas deixariam de ir para lá, mas isso não aconteceu”, diz a arquiteta Inês Lohbauer, moradora da Riviera Paulista - um dos bairros localizados próximos à represa que conseguiu manter boa parte do seu território impermeável, inclusive com ruas de terra. “Já naquela época o Estado deveria ter criado unidades de conservações, parques ou outros tipos de áreas preservação na região”, acredita ela. “O fato é que a legislação restringiu as ocupações e projetou uma realidade urbana diferente da forma como a periferia da cidade estava se formando naquele momento”, afirma Luciana Travassos, também pesquisadora do Laboratório de Urbanismo da Metrópole.

Os loteamentos irregulares, no entanto, não foram o único tipo de ocupação ilegal ocorrido na região. As favelas apareceram pouco tempo depois e, segundo Travassos, foram conseqüência, entre outros fatores, da promulgação de uma legislação federal conhecida como Lei Lehman (6.766/79), que instituiu uma série de exigências para que um loteamento pudesse ser aprovado e estabeleceu regras para a ocupação do solo. “Na verdade já existiam determinados parâmetros para se poder lotear. A diferença é que essa



lei passou a considerar crime com pena de prisão o não cumprimento desses parâmetros”, explica a pesquisadora. “Não que os loteamentos irregulares tenham parado de surgir, mas a lei dificultou a ação dos loteadores clandestinos, e o resultado disso foi a ida das pessoas para as favelas”, completa.

A baixa efetividade da legislação criada para proteger os mananciais na década de 1970, refletida tanto nos loteamentos irregulares como nas favelas que começaram a ser erguidas na região, resultou na promulgação de uma nova lei 21 anos depois, em 1997. Conhecida como a Lei de Proteção aos Mananciais (9866/97), a preservação dos recursos hídricos de São Paulo passou a ser abordada sob uma nova perspectiva. A partir de então, os mananciais passaram a ser de interesse regional de todo o Estado, e não apenas da região metropolitana de São Paulo. A lei também introduziu uma gestão participativa para estes produtores de água, por meio de comitês compostos por Estado, municípios e sociedade civil.

Além disso, a nova legislação reconhecia a necessidade de recuperar as áreas de mananciais então degradadas e admitia as especificidades de cada bacia. Não mais as tratando por iguais, como acontecia nas leis passadas, mas considerando-as com características singulares. Com isso, estabeleceu-se a criação de uma Lei Específica para cada Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM), ou seja, para cada manancial. Ela deveria definir diretrizes e normas próprias para a proteção e recuperação dos diferentes produtores de água, garantindo assim este recurso em quantidade e qualidade suficientes para o abastecimento público.

Legislação própria

A Lei Específica da APRM Guarapiranga, a única formulada até agora, começou a ser discutida no ano seguinte ao da promulgação da Lei de Proteção aos Mananciais, mas foi aprovada somente oito anos depois, em 2006. E mesmo assim, mais um ano foi preciso para que ela fosse regulamentada e começasse a valer para a região. Segundo Marussia Whately, coordenadora da campanha De Olho nos Mananciais do Instituto Socioambiental (ISA) e umas das pessoas presentes nas reuniões de discussão da lei, a demanda por participação foi uma das dificuldades encontradas durante esse período de debates. E até hoje, pouca gente conhece de fato o que mudou na realidade da represa.

A legislação específica da Guarapiranga, na verdade, tem como base a própria Lei de Proteção aos Mananciais. Portanto, em alguns pontos elas são bem semelhantes. A diferença está no fato de que a Lei Específica está adequada à realidade da Guarapiranga, tornando-a mais efetiva no que se refere à sua proteção e recuperação. Entre algumas das suas diretrizes estão: estabelecer metas de qualidade ambiental para melhorar a qualidade da água, descentralizar os procedimentos de licenciamento, fiscalização e monitoramento e definir mecanismos de compensação ambiental para aqueles que protegem as áreas verdes, como a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

No entanto, um dos pontos mais importantes da lei, o Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA), que nortearia todas essas ações de proteção e recuperação da bacia, definindo onde e quais seriam suas intervenções e decidindo as diretrizes e metas a serem alcançadas, ainda não foi finalizado. “A Guarapiranga tinha um PDPA, mas ele era

antigo e precisava ser atualizado”, afirma Márcia Nascimento, diretora do grupo técnico Aguaplan, órgão vinculado à Secretaria do Meio Ambiente que gerencia as áreas de abastecimento público do Estado de São Paulo. “A atualização deverá ser concluída em novembro deste ano, e a partir de 2009 as ações para melhorar a qualidade da água da represa e as suas condições de saneamento serão viabilizadas”, diz.

Além do PDPA, outra questão relevante é a criação das chamadas Áreas de Intervenção (instituídas já na Lei de Proteção aos Mananciais), que hoje permeiam uma polêmica discussão entre os diferentes atores envolvidos com o tema. Definidas como territórios da bacia voltados para ações de recuperação ou que estimulem usos e atividades compatíveis com a sua preservação, essas áreas foram divididas em três categorias: Áreas de Restrição à Ocupação, consideradas como territórios de preservação ou recuperação; Áreas de Ocupação Dirigida, onde os usos urbanos e rurais são permitidos desde que não comprometam a qualidade da água; e Áreas de Recuperação Ambiental, nas quais existam usos ou ocupações incompatíveis com a manutenção dessa qualidade e onde serão aplicadas ações de recuperação.

A crítica que se faz a essa divisão é a de que ela atribui parâmetros urbanos a toda bacia da Guarapiranga, ampliando as áreas passíveis de serem urbanizadas e deixando de lado áreas efetivas de preservação. “As Áreas de Restrição à Ocupação já eram protegidas anteriormente como Áreas de Proteção Permanente. A lei não criou nenhuma grande área de proteção, com um parque, por exemplo, apenas definiu locais em que se pode lotear com muita casa, ou com pouca casa. Mas todas vão poder ser loteadas”, diz o arquiteto Renato Tagnin, professor do Centro Universitário Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). “Na realidade, a política de empurrar os pobres para os lugares mais baratos da cidade, para as áreas periféricas, vai continuar. Está mudando apenas a lei, e não essa política”, afirma.

Na contramão deste pensamento, estão aqueles que defendem a melhoria das condições de moradia na região como o principal avanço da legislação específica. Para o deputado estadual Enio Tatto (PT), que participou da elaboração da minuta da Lei Específica da Guarapiranga, “antes de pensar na expansão urbana é preciso dar qualidade de vida aos moradores, oferecendo planos de moradia, água de boa qualidade e infraestrutura para saneamento”. E isso, segundo a própria legislação, será feito, por exemplo, a partir da extensão e complementação das redes existentes de água e esgoto, assim como a urbanização de favelas. “Contanto que haja vontade política”, finaliza o parlamentar.



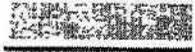
Em defesa das águas

Atualmente, parece que a vontade política para reverter a atual situação da Guarapiranga de fato existe. Desde março de 2007, está nas ruas um projeto liderado pelo governo do Estado e pela prefeitura de São Paulo chamado Operação Defesa das Águas. Ele conta com uma série de ações para a proteção dos mananciais da metrópole paulista e tem ganhado cada vez mais a confiança dos diferentes setores da sociedade, desde ambientalistas até os próprios habitantes da região. “Começaram a tentar botar ordem nas ocupações irregulares e no saneamento da represa, e eu, que estava realmente decepcionada com toda a situação que ela vivia, acho que agora o trem em direção ao fim do túnel está, pelo menos, começando a diminuir a sua velocidade”, afirma Ângela Rodrigues Alves, jornalista que há 25 anos mora no bairro de Interlagos, situado na região da represa.

Tendo como objetivos proteger e recuperar os mananciais que abastecem a região metropolitana de São Paulo, entre eles Guarapiranga, Billings, Cantareira e Alto Tietê (seus principais produtores de água e os que mais sofreram com as intervenções humanas ao longo das décadas passadas), a Operação Defesa das Águas conta com 22 ações consideradas como prioritárias para essas áreas. Entre elas, mais controle de que novos assentamentos irregulares não sejam construídos, criação de uma fiscalização integrada e mais efetiva, limpeza das represas e dos córregos que nelas deságuam, e urbanização de bairros e favelas que não dispõem de infra-estrutura básica.

No que tange a fiscalização, o engenheiro Marcos Galhego, diretor da Divisão Técnica de Controle Ambiental da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, afirma que houve um processo de descentralização na gestão desta no sentido de criar núcleos específicos para cada região da cidade (norte, sul, leste e centro-oeste). Dentro destes núcleos, foram instituídas três áreas de atuação: fiscalização, educação ambiental e desenvolvimento sustentável, com a recuperação de territórios degradados e o plantio de árvores, por exemplo. Antes, explica Galhego, “todos os setores estavam concentrados num único prédio no Paraíso [bairro da região sul da cidade], e era primordial iniciar um processo de descentralização para poder agir localmente nas regiões”.

É a partir daí que as ações da Operação Defesa das Águas começaram a ganhar corpo. A criação de uma Guarda Ambiental, ligada a Guarda Civil Metropolitana de São Paulo e específica para atuar nas suas áreas de mananciais, está entre elas. Considerada por Galhego “um avanço tremendo e um dos pilares fundamentais do sistema de fiscalização”, a Guarda faz rondas diárias nas regiões a fim de identificar irregularidades e evitar novas invasões com uma política chamada de “congelamento”, ou seja, estancar o surgimento de ocupações ilegais. São 232 homens que fazem a fiscalização nos mananciais da região metropolitana, sendo aproximadamente 75 deles nos limites da Guarapiranga. “Antes a gente não tinha nenhum controle efetivo do processo de expansão urbana nessas áreas, nós recebíamos determinadas denúncias e conforme elas vinham a gente atendia”, conta Galhego. “Agora nós sabemos diariamente se houve ou não novos casos de invasões e construções irregulares”.



De acordo com dados oficiais da Operação Defesa das Águas, até julho de 2008 1.929 casas ou estabelecimentos comerciais em situação irregular foram demolidos e mais de 2.000 ocorrências foram constatadas pela fiscalização, entre construções ilegais, lixo irregular e desmatamentos. São números que, segundo o comandante da Guarda Ambiental, inspetor Carlos Bento da Silva, têm demonstrado excelentes resultados na realidade dos mananciais. “90% das áreas de proteção e preservação ambiental foram congeladas e têm sido motivo de permanente fiscalização por parte da Guarda, que vem autuando loteadores irregulares e pessoas responsáveis por todo o tipo de crimes ambientais, além de dar apoio às subprefeituras no trabalho de remoção de invasores e demolição de edificações erguidas ilegalmente”, diz.

Subprefeito de Parelheiros, distrito localizado no extremo sul de São Paulo, Walter Tesch afirma que só na sua região mais de 100 construções irregulares foram demolidas desde o início da Operação. Insatisfeito com a falta de conhecimento da população paulistana em relação às belezas naturais da represa e do distrito onde vive, Tesch explica como são feitos os critérios para derrubada de construções ilegais. “É área pública construída, mas não tem nada e ninguém dentro? Derrubamos. É área privada onde não encontramos o sujeito, mas ele está construindo e não mostra nada ou não aparece? Derrubamos. A pessoa tem que ter licença para construir.” Na opinião do sociólogo, falta compromisso das autoridades públicas. E expõe outro problema: a especulação em cima de lotes clandestinos. “Um cara que compra uma chácara de 20 m² quadrados consegue lucrar com ela fatiando o terreno e vendendo os lotes irregularmente. Depois, ele ainda organiza uma turma para cobrar iluminação pública, fazer sarjeta, pavimentar, levar posto de saúde e fazer investimentos. Ou seja, o cara embolsou uma grana, e continua embolsando depois que chega a infra-estrutura, enquanto que aquela outra turma comprou um pedaço de terra com um papaelzinho qualquer e sem nenhuma segurança.”

Sobre os “desfazimentos”, como também são chamadas as demolições, das casas residenciais consideradas irregulares, o inspetor Bento afirma que na maioria dos casos os moradores foram enganados por loteadores ilegais e, por isso, são encaminhados para outros locais dentro dos planos da Secretaria Municipal de Habitação. O assessor da prefeitura de São Paulo para a Operação Defesa das Águas, Álfio Beccari, esclarece: “Quando a casa está ocupada há mais de um ano pela família, ela é considerada uma habitação consolidada. Neste caso, podem ser oferecidas diversas soluções habitacionais alternativas, entre elas o pagamento de uma indenização para a família se mudar ou a sua remoção para conjuntos habitacionais já existentes. Se as pessoas estão no local há um mês, por exemplo, elas recebem uma notificação e têm um prazo para se mudar. Terminado este prazo, elas são expulsas e a casa é demolida sumariamente.”

O caráter autoritário desta decisão é defendido pelo próprio secretário estadual do Meio Ambiente, Xico Graziano, para quem é preciso levar em conta dois direitos fundamentais e garantidos na Constituição Federal. “Tem que botar sim a polícia para impedir que novas habitações sejam construídas em áreas de mananciais de risco ou na beirada da represa. Nunca ninguém fez antes porque sempre julgaram que o direito a moradia era mais importante do que o respeito à natureza. Coloquei que ambos os direitos são iguais. Os dois estão na Constituição e temos que ter cuidado, obviamente, por aqueles que precisam de moradia, mas você não pode permitir que continuem fazendo o que eles vêm fazendo, invadindo tudo e construindo casa onde não deve. Existe uma área de



preservação que precisa ser respeitada. A nossa programação [da Operação Defesa das Águas] tem sido respeitada. Não são resultados excepcionais, mas são bons. E nós temos conseguido segurar um pouco essa expansão na orla da represa”.

Para resolver esse impasse, Graziano sugere: “É possível ter desenvolvimento social e preservação, mas tem que fazer na prática porque na teoria é fácil. É preciso respeitar as áreas de preservação da represa. Onde não está ocupada, não pode ocupar. E onde já está ocupada? Aí que está o problema. Quem está em lugar inapropriado de preservação não poderá continuar nessa faixa mais restrita”. Mas para quem está mais próximo da represa, o secretário tem uma alternativa. “Manda essas pessoas para outros lugares onde seja possível habitar, mas onde, supostamente, elas possam viver com menos risco. O que não pode é você continuar cedendo um direito a outro. Ambos [habitação e preservação ambiental] têm o mesmo valor constitucional”.

Quem paga a conta?

O trabalho junto à população, segundo Álfio Beccari, está sendo feito no sentido de informar as pessoas sobre as mudanças que estão acontecendo em suas regiões. Placas com os dizeres “Não Construa em Lotes Ilegais – Sujeito a Multa, Detenção e Demolição”, por exemplo, foram instaladas ao longo das principais avenidas do entorno da Guarapiranga e, além disso, cartilhas informativas estão sendo entregues às comunidades, contendo respostas de dúvidas básicas sobre a Operação que está em curso, entre elas “Como posso saber se a casa que vou construir está regular?” e “O que eu devo fazer para regularizar meu terreno ou casa?”.

As respostas para essas perguntas, segundo as cartilhas, podem ser encontradas nas subprefeituras de cada região. Mas, de acordo com Carlos Nascimento, assessor da subprefeitura da Capela do Socorro, que abrange os distritos de Socorro, Cidade Dutra e Grajaú e tem 95% do seu território inserido na bacia da Guarapiranga, elas têm surtido apenas em parte o efeito desejado na cabeça das pessoas. “Difícilmente alguém liga aqui para saber se o seu imóvel está regular”, diz. “Mas temos recebido bastantes denúncias de invasões, de novas construções e de aterramento de parte da represa ou de córregos. Recebemos cerca de seis a 10 denúncias por mês, o que é um bom índice considerando que antes não tínhamos nada”, completa o assessor.

O subprefeito da Capela do Socorro, Valdir Ferreira, por sua vez fala das dificuldades que o poder público enfrenta ao lidar com questões tão delicadas como a demolição de casas residenciais de baixa renda. “Quando você demole ou não deixa ocupar determinadas áreas, acaba se indispondo com a população. Normalmente a sociedade tem uma imagem ruim do que a gente faz, mas é por isso que temos feito dezenas de reuniões com as comunidades, para discutir, conversar e mostrar que devemos ter uma visão um pouco mais ampla, de médio prazo, sobre as questões relacionadas ao meio ambiente”. Ferreira avalia ainda que há uma percepção política de que os assuntos ambientais não dão voto, “mas a questão da água hoje chegou a uma situação onde se você não enfrentá-la haverá uma crise de abastecimento”.

Porém, essas dificuldades foram criadas devido às políticas públicas de descaso e aos políticos preocupados apenas em angariar votos. Pelo menos essa é a opinião do secretário municipal do Verde e Meio Ambiente, Eduardo Jorge. “Lá na região [da

Guarapiranga e da Billings] moram mais de dois milhões de pessoas e boa parte não deveria estar ali. Estão lá porque políticos, vereadores e governos permitiram que fosse ocupado de forma irresponsável para fazer de lá currais eleitorais. Isso aconteceu durante décadas com a conivência de muita gente. Agora a gente não pode tirar dois milhões de pessoas de suas casas. A política do governo atual é regularizar todos os locais que puderem ser regularizados, isso significa mais de 90% delas. Mas quando a pessoa estiver numa área de risco, onde é inseguro para a própria família e incorreto do ponto de vista do poder público permitir – se não for um poder público demagógico que joga o risco para a própria família –, essa família tem que ser levada para um local decente. Ela não pode ficar em cima de rio, de pântano ou na beira da represa. Ela tem que ter uma opção. Então, em relação à questão habitacional, tem que parar a invasão, e nós não vamos tolerá-la”.

O secretário do Verde explica que para evitar novas invasões é preciso ter educação ambiental. E isso tem sido feito também com reuniões com a comunidade e em missas nos bairros próximos. Assim como o secretário estadual Graziano, Eduardo Jorge acredita na eficiência da reurbanização, mas aponta para a problemática da distribuição de água. “Se não sinalizarmos que as invasões acabaram, não vai ter água para São Paulo. E não é que só vai ter para o burguês e para a classe média, não vai ter água para todo mundo. E a água é necessária para o pobre e para o rico. A cidade não existe se não tiver água. Se você continuar na política de destruir a represa da Guarapiranga, vamos ter que buscar água em locais cada vez mais distantes da cidade. E quem vai pagar é você! Seja você uma dona-de-casa pobre do Grajaú ou uma rica do Jardins. Você é que vai pagar!”, esbravece.

No entanto, além das reclamações dos moradores em relação às desapropriações, as subprefeituras enfrentam problemas com outros grupos que insistem em permanecer em áreas proibidas. Valdir Ferreira, da Capela do Socorro, conta das dificuldades encontradas frente às associações comerciais e empresariais da região. “Quando nós demolimos estabelecimentos comerciais na [Avenida Robert] Kennedy, como realmente fizemos [a casa noturna Eucaliptus Bar, por exemplo, era famosa na região e foi demolida no início deste ano por estar em área irregular], é evidente que estamos enfrentando os comerciantes e as suas entidades coletivas”. Bastante otimista, o subprefeito acredita que a conscientização virá. “Num primeiro momento todos têm a percepção de que estão sendo prejudicados, mas temos conseguido convencê-los de que não estamos impedindo o desenvolvimento, e sim gerando desenvolvimento sustentável”, defende-se. “Mas é um trabalho insano que a gente enfrenta”.

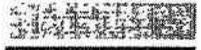
Um longo caminho

Para Valdir Ferreira, porém, evitar que novas ocupações irregulares sejam erguidas não é o suficiente. “Esta é apenas uma das medidas que estanca um processo de poluição da Guarapiranga que até então vinha crescendo. Agora é preciso estabelecer medidas positivas que façam uma reversão dessa poluição, primeiro com a limpeza dos córregos que deságuam na represa, e depois com a criação de parques nas áreas verdes remanescentes”, avalia ele. “Atualmente sete córregos que despejam 70% de toda a poluição que chega à represa estão sendo despoluídos, e serão criados cinco parques ao longo da sua orla, que servirão como espaço de lazer para a população e ajudarão na sua preservação”.

Os córregos a que Ferreira se refere fazem parte hoje do chamado Programa Córrego Limpo, lançado no início de 2007. Coordenado pelo governo do Estado de São Paulo e a prefeitura de São Paulo, o programa tem como meta despoluir e aprimorar os sistemas de coleta de esgoto dos córregos da cidade, que recebem frequentemente o lixo e os detritos de milhares de pessoas, sem qualquer tipo de tratamento. “Até hoje nós não tínhamos tratamento de esgoto da região da Guarapiranga”, afirma o subprefeito. “Teoricamente, o esgoto da zona sul deve ser levado para a Estação de Tratamento de Esgoto de Barueri, na zona oeste da cidade, mas o sistema para transportá-lo até lá não estava pronto. Ele está entrando em funcionamento agora, com a construção de estações elevatórias e a finalização de um coletor tronco na beira do rio Pinheiros”, explica.

Este, aliás, apesar de parecer um ponto positivo para a represa, é um fator de discórdia entre algumas pessoas que estudam as questões do meio ambiente na cidade de São Paulo. “A metrópole paulista tem cinco grandes estações de tratamento de esgoto. Mas o esgoto da Guarapiranga, por exemplo, precisa viajar até chegar a Barueri, através de canos enormes que coletam o esgoto de centenas de bairros”, diz César Pegoraro, educador ambiental do Instituto Socioambiental. “O ideal seria que tivéssemos muitas estações pequenas, que funcionassem por bairros. Porque uma coisa é você ter um monstro capaz de trabalhar com milhares de litros de esgoto, outra é você ter a rede para levar esse esgoto pra lá”, apontando esta como sendo uma das dificuldades por que não se trata integralmente o esgoto produzido na região da Guarapiranga.

Atualmente, a ETE Barueri pode tratar até 9,5 mil litros de esgoto por segundo, de acordo com a Sabesp. E, segundo o próprio site do Programa Córrego Limpo, dos sete córregos que deságuam na Guarapiranga e que foram selecionados para receber intervenções, seis se encontram poluídos com excesso de matéria orgânica. Todos eles, no entanto, têm em comum o fato de atravessarem alguns dos trechos mais adensados do entorno da represa, principalmente nas regiões coordenadas pelas subprefeituras da Capela do Socorro e do M’Boi Mirim. “Mas é um processo de reversão que está em andamento”, afirma Valdir Ferreira, que espera ver a represa com 70% a menos de poluição até o final de 2009.



Urbanizar ou não urbanizar? Eis a questão

Paralelamente às ações de demolição e limpeza dos córregos que deságuam na Guarapiranga, está sendo feito hoje um grande esforço para também urbanizar as ocupações que não dispõem de infra-estrutura na região. No sentido não só de melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram por lá, mas também de colaborar para a despoluição da represa. O Programa de Recuperação de Mananciais, anunciado oficialmente em junho deste ano pelo governador de São Paulo José Serra, tem entre os seus pontos fortes o grande volume de recursos para concretizar as obras de urbanização, e é outro sinal de que o poder público tem voltado os seus olhos para as áreas de mananciais.

“O investimento que se tem na região é muito maior do que já se teve nos anos passados, e é possível pensar em melhorar bastante o atual cenário da Guarapiranga”, afirma o sociólogo Ricardo Araújo, da Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo e coordenador do programa, que na verdade engloba dois projetos diferentes: o Programa Guarapiranga e Billings e o Programa Mananciais. “Só nestes projetos há mais de R\$ 1 bilhão para serem investidos até 2011, sendo R\$ 869 milhões do primeiro e outros R\$ 281 milhões do segundo. São números bem superiores aos R\$ 336 milhões que foram investidos no Programa Guarapiranga, por exemplo”, compara com um dos principais projetos que a represa já teve ao longo da sua história.

Criado em 1992, o Programa Guarapiranga foi um projeto de caráter emergencial e surgiu quando a represa passava por uma situação crítica. Naquela época, a ocupação do seu território havia chegado a tal ponto que um grave problema de floração de algas acabou por surgir em suas águas, conseqüência da presença de nutrientes como fósforo e nitrogênio. Não foi preciso muito esforço para constatar o vilão disso tudo: o esgoto doméstico gerado por milhares de pessoas moradoras da região e despejado diretamente na represa. Segundo Araújo, chegou-se a cogitar o fim da Guarapiranga como fonte de abastecimento público.

Financiado basicamente pelo Governo do Estado e pelo Banco Mundial, além de outros órgãos como a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a Sabesp, o objetivo do Programa Guarapiranga era reverter este quadro e melhorar a qualidade da água do reservatório. Para tanto, o plano de ação envolvia fundamentalmente projetos de urbanização de favelas, com instalação de redes de água e esgoto, implantação de sistemas de drenagem e construção de contenção de encostas em territórios com riscos de deslizamentos. Além da criação de áreas de lazer e a remoção de famílias para condomínios populares fora da bacia hidrográfica da Guarapiranga.

Essas obras foram feitas, na prática, entre os anos de 1995 e 2000, mas, segundo o próprio Araújo, coordenador do projeto na época, seus resultados foram bastante limitados, considerando a enorme população que já se encontrava na região. “Urbanizamos 105 favelas, construímos mais de 830 novas casas dentro delas, removemos 1.700 famílias para conjuntos habitacionais e no total, mais de 38 mil pessoas foram beneficiadas. No entanto, se medirmos o Programa Guarapiranga em relação a melhoria da qualidade da água, não é que ele foi um sucesso, nós conseguimos apenas mantê-la adequada para o



abastecimento. O suficiente para fazer com que o pessoal da Sabesp durma hoje mais tranquilamente do que dormia há 15 anos”, diz.

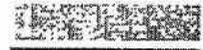
Neste aspecto, um dos problemas apontados no programa é o fato de que ele se limitou apenas a afastar o esgoto para longe de determinados locais, deixando de coletá-lo e tratá-lo. “Ainda que algumas das áreas ocupadas precariamente tivessem tido melhorias urbanísticas com o afastamento do esgoto, que prejudicava a saúde e a qualidade de vida da população local, a falta de coleta integral e de tratamento fez com que o mesmo esgoto passasse a chegar em maior volume e com maior velocidade nos rios e córregos que deságuam na Guarapiranga, e também na própria represa, piorando a qualidade da água do manancial”, escreveu a advogada do Instituto Socioambiental Lilia Toledo Diniz, em artigo publicado em setembro deste ano no site da campanha De Olho nos Mananciais. Mas se o Programa Guarapiranga não conseguiu realizar mudanças significativas na realidade do reservatório, ao menos ele foi considerado um marco na sua história. Até então, o poder público vinha negligenciando a intensa urbanização que acontecia na região e as suas conseqüências. E o seu maior valor talvez seja justamente este: dar os primeiros passos numa série de ações que reconheçam a vulnerabilidade da represa e dar início a um longo processo efetivo de preservação e recuperação das suas áreas. Não mais apenas com base em leis, mas em projetos concretos que atuem diretamente em seus problemas.

O Programa Guarapiranga e Billings e o Programa Mananciais são exemplos do resultado deste processo e são bastantes semelhantes ao Programa Guarapiranga, considerando que foram elaborados sob os mesmos moldes e têm em sua essência os mesmos objetivos: urbanizar favelas, melhorar os loteamentos existentes com ampliação de redes de água e esgoto, recuperar as áreas degradadas e criar espaços de lazer para a população. Tudo isso visando tanto a melhoria da qualidade de vida da população local como da água que abastece São Paulo.

Embora com nomes diferentes, ambos os programas são tocados pela mesma equipe e coordenados pela Secretaria de Saneamento e Energia do estado de São Paulo. A diferença está na fonte de financiamento. Enquanto o Programa Guarapiranga e Billings recebe investimentos principalmente do governo federal (por meio do Programa de Aceleração do Crescimento) e da prefeitura de São Paulo, o Programa Mananciais receberá a maior parte da sua verba de um financiamento feito pelo governo estadual e a Sabesp junto ao Banco Mundial, cujo contrato será assinado provavelmente em março de 2009.

Segundo Ricardo Araújo, coordenador dos dois projetos, a idéia deles é reconhecer que o reservatório tem hoje na sua vizinhança uma situação predominantemente urbana e que a melhor solução é regularizá-la e dotá-la de infra-estrutura. “Não tem outro jeito. Se a gente fosse tirar as pessoas de lá, isso incorreria em custos enormes”, afirma. “Sem contar – ele acrescenta – que há praticamente um milhão de pessoas morando por lá, então quantas teriam que ser removidas para melhorar a situação do manancial? Para retirar cinco mil famílias, ou 20 mil pessoas, já é um esforço brutal, tanto do ponto de vista orçamentário e operacional, quanto do social, então imagine remover 100 mil moradores, por exemplo.”

No entanto, o sociólogo salienta: “Não estou querendo dizer que todos os loteamentos devam ser regularizados. Mesmo porque tem áreas ali que são fracassos de bilheteria, e que o melhor é remover as primeiras casas antes que adense. Tirando isso, a pior coisa do mundo é deixar as pessoas morando lá sem infra-estrutura”. Em seguida, ele



explica que, em 1991, apenas 39% dos domicílios da bacia dispunham de rede de esgoto, e que a meta agora é atender entre 75% ou 80% da população. “Os outros 20% ou são loteamentos irregulares, onde não podemos colocar infra-estrutura – até que sejam regularizados com a Lei Específica, o que é possível –, ou são ocupações muito dispersas, onde não vale a pena fazer sistema público”.

De acordo Araújo, o custo de urbanização de uma favela é de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por família, “e mesmo assim ainda é mais barato do que remover as pessoas, pois a construção de um conjunto habitacional fora da favela e dentro da região metropolitana sai entre R\$ 40 mil e R\$ 50 mil”. Além disso, “é melhor que as pessoas continuem morando em suas comunidades, porque ali elas já têm suas vidas organizadas, com as relações de vizinhança estabelecidas. Quando você as transfere para os condomínios populares, é preciso se adaptar a uma nova vida, o que às vezes pode ser um pouco complicado”.

Por dentro da comunidade

Ricardo Araújo tem razão. Além do fato de muitas dessas pessoas estarem nas favelas há mais de 20 anos, poucas ou nenhuma gostaria de trocar o lugar onde vivem por um apartamento próximo ao centro da cidade, por exemplo. Dalva Moreira Lima, de 69 anos, que chegou do sertão baiano em 1986, é uma delas. Moradora da favela Vila Nova Guarapiranga desde 1988, a dona-de-casa afirma que todos os dias agradece a Deus pela residência de dois andares com vista para a represa. “O lugar de onde eu vim era muito diferente. A gente não tinha água e precisávamos caminhar quase três léguas [quase 12 km] para pegar a água que a gente usava para fazer comida, lavar roupa e dar aos animais. Hoje, quando eu abro minha janela, agradeço a Deus pelo mar que ele me deu. Eu gosto de água, só não gosto de entrar dentro. Mas isso daqui é um amor”, alegre-se.

A favela onde Dalva vive, próxima à Avenida Robert Kennedy, foi urbanizada em 1995 pelo Programa Guarapiranga e regularizada em 2008, depois da Lei Específica. Segundo o presidente da Federação dos Favelados da Grande São Paulo, Anselmo José de Almeida, ou Nei Favela (como é mais conhecido), essa regularização ocorreu devido à sua insistência. Um dos primeiros moradores a invadir a área no fim de 1982, Nei afirma que hoje todas as pessoas da Vila Nova Guarapiranga têm um título de propriedade que foi cedido pela Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia, responsável pela fiscalização das margens e encarregada da operação e manutenção das comportas da Guarapiranga). “Conversei muito com todos os moradores para explicar o problema que é morar em uma área de manancial. Inclusive, para que a favela fosse regularizada, precisei provar para a Emae que nós estávamos fora da Área de Proteção Permanente [APP, área considerada ambientalmente frágil e protegida por lei], onde não é permitido construir nada. Foi uma briga jurídica grande porque a Secretaria do Verde [e Meio Ambiente de São Paulo] queria delimitar a APP a partir da linha máxima permitida, mas a represa está assoreada, então o volume de água é menor. Hoje estamos brigando para ter asfalto nas ruas e, em breve, vamos ter uma calçada aqui”, conta ele, que durante toda a entrevista foi elogiado por Dalva e algumas senhoras que apareceram assim que o viram acompanhado de uma pessoa de fora da comunidade.

No entanto, uma moradora não se mostrou satisfeita. Ao contrário de Dalva, Maria Izabel Silva, de 49 anos, veio de uma terra farta em beleza natural, mas pobre em oferta de

trabalho. Nascida em Ipanema, cidade localizada no nordeste de Minas Gerais e cheia de cachoeiras, a ex-doméstica chegou a São Paulo em 1973. Dez anos depois, se mudou para a favela onde hoje ajuda a cuidar de uma pequena, porém vasta, horta que possui pés de alface, almeirão, couve, mostarda, mandioca e banana. Com uma risada bem característica, Maria Izabel diz que a horta “não é comunitária porque eu não estou aqui para trabalhar de graça para ninguém”, e conta que quando decidiu invadir o local por falta de dinheiro, apenas Nei e mais três pessoas viviam ali. “Quando cheguei aqui estava grávida de três meses da minha primeira filha. Nessa época, a bosta corria na rua e a gente cagava na lata para depois jogar no mato. Um tempo depois, a gente furou um buraco, assim como fazíamos em Minas, e cagávamos no buraco. Só não fazíamos na represa porque a gente usava ela para beber água e lavar roupa”, lembra às gargalhadas, enquanto suas vizinhas se indignam com o comentário.

Com seis filhos e nove netos na bagagem, a bem-humorada Maria Izabel vê com ressalvas o título de propriedade que recebeu da sua casa, que conta hoje com um sanitário e um chuveiro. “A posse da casa já estava para sair há muito tempo, mas quando entrou o Milton Leite [vereador de São Paulo pelo partido Democratas] na jogada é que foi regularizada [exemplo de curral eleitoral, segundo Nei]. Mas isso até o momento em que a prefeitura precisar do lugar. Se ela precisar, vai jogar todo mundo para fora. Esse terreno não é nosso, mas estamos assentados aqui”. Provocadora, ela reclama que tanto Nei quanto os políticos que prometem melhorar as condições de vida das comunidades, só pensam em fazer algo quando querem votos. “Na época de eleição, todo mundo se mexe. Daí vem outra remessa de político só prometendo um monte de coisa. E o mundo vai que vai. Falta um espaço para as crianças, que o Nei Favela podia fazer para a gente. Mas ele também só reage em época de eleição”. Neste momento, Nei se defende dizendo que os netos e filhos de Maria Izabel não frequentam a escola porque não querem, e não pela falta de uma.

Sem ter nada a reclamar da sossegada vida na Vila Nova Guarapiranga, que mais lembra uma cidade interiorana do que uma favela, a pernambucana Luiza dos Santos Neves, de 80 anos, acredita que o trabalho de Nei Favela é melhor do que o do presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Filho de um baiano com uma mineira que vieram para São Paulo no final da década de 1950, Nei ganhou o apelido por parecer com o jogador do time do Corinthians nos anos 60. E acrescentou a palavra Favela por dois motivos: “Depois que comecei a militar pelos favelados, as próprias pessoas passaram a me chamar assim. Em 1990, me candidatei a deputado estadual com esse nome, Nei Favela, para saber qual seria a reação dos favelados. É claro que o resultado foi negativo, porque ninguém quer ser associado à favela”. Apesar disso, ele se glorifica do trabalho que vem fazendo ao longo de 21 anos e mostra insatisfação quando lembra que até hoje os favelados são, normalmente, pessoas com pouco ou nenhum estudo. “Desde que comecei a militar nas favelas, a situação melhorou muito, mas falta muita qualidade de vida para essas pessoas. O problema é que elas próprias se acomodam nessa situação. Ninguém tem educação, não entende dos seus direitos e deveres.”

Casado há 21 anos, Nei, que tem 47 anos, mora com a mulher e as três filhas numa casa de três andares, onde vivem também o filho, nascido quando o pai tinha apenas 16 anos, a nora e a neta de cinco anos. E foi ele quem ajudou a pernambucana Luiza a se estabelecer na favela onde é também o líder comunitário. “Vim de Recife com um casal de filhas porque mulher nordestina é doida, né? Eu vim só com uma bolsinha, entrei na favela,

dormia no chão em cima de saco de estopa, depois fui despejada e sai procurando outra favela aí. Cheguei aqui em 83 e era um mato que só, uma bagunça. Por causa disso, as pessoas faziam um barraco de noite e no outro dia a prefeitura vinha derrubando tudo. Hoje isso aqui é o paraíso. E tudo por causa do Nei. Ele me ajudou e tem conhecimento. E eu gosto de gente que tem conhecimento, que seja mais inteligente do que eu”, conta ela.

O desafio de desocupar

Mesmo com a melhora na qualidade de vida dos que vivem hoje na Vila Nova Guarapiranga, em alguns casos a mudança dessas pessoas é inevitável. Isso porque o processo de urbanização acaba por remover entre 10% e 15% da população para os conjuntos habitacionais, já que é preciso abrir espaço dentro da favela para, entre outras coisas, construir ruas mais largas para a passagem de caminhões de lixo ou implantar as próprias redes de água e esgoto, que exigem larguras mínimas para serem instaladas. Mas Ricardo Araújo, da Secretaria de Saneamento e Energia, lembra que “ainda assim, apesar de estarmos melhorando a construção civil do local, nem sempre uma rua, por exemplo, é como deveria ser de acordo com o Código de Obras. Fazemos alguns relaxamentos”.

Apesar de todos os esforços para controlar a expansão urbana, Araújo não deixa de reconhecer as dificuldades encontradas ao lidar com uma área que produz água para boa parte de São Paulo e, ao mesmo tempo, abriga um enorme contingente populacional. “Há uma pressão brutal para a ocupação da região, porque ela está muito perto de centros dinâmicos da cidade”, diz. “A estimativa que temos hoje é de que há um milhão de pessoas morando na bacia da Guarapiranga hoje. São dados da Secretaria de Saneamento e Energia com base no Seade [Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados]. Mas a projeção que temos é de que até 2020 essa população será de pouco menos de um milhão e duzentas mil pessoas. Nós não temos ilusão quanto a isso”, lamenta ele, que enfatiza o fato de que “para uma metrópole que tem quase 20 milhões de habitantes, não dá para imaginar que seu crescimento se dará impunemente do ponto de vista ambiental”.

Partindo destes pontos, a arquiteta Luciana Travassos, do Laboratório de Urbanismo da Metrópole da USP, sugere soluções para tentar minimizar esses impactos ambientais: “Hoje, é preciso que se ocupem as áreas centrais da cidade que foram esvaziadas. Tem que haver um crescimento para dentro, buscando a eficiência da infraestrutura em regiões que estão pouco ocupadas e fazer espaços urbanos mais adensados. O que nós temos a favor nesse momento é que não estamos numa época de expansão muito grande da mancha urbana. Estamos num momento de adensamento dela, inclusive nas áreas de mananciais. Mas fico com bastante medo que esse adensamento possa ser o prelúdio de um boom de expansão”.

Ainda segundo a pesquisadora, já existem mecanismos para reverter o atual quadro e induzir a reocupação das áreas centrais de São Paulo. “O Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, tem instrumentos para isso, como as chamadas Zonas Especiais de Interesse Social [ZEIS], em que a prefeitura oferece subsídios para empresas privadas construírem habitações de interesse social no centro da cidade para as classes baixa e média”, explica. “Mas o mercado quer ter lucro, o investidor privado quer sair ganhando. E não é com a população de baixa renda que ele vai conseguir isso”. Travassos, porém, sugere que ainda

não é possível medir as reais mudanças que o Estatuto trouxe à cidade, considerando que se passaram apenas cinco anos desde a sua aprovação.

Lucia Sousa e Silva, pesquisadora do mesmo instituto, por outro lado também aponta para a polêmica que há entre levar ou não infra-estrutura para as ocupações que já existem na região. “Quer queira, quer não, se você traz infra-estrutura e melhora a vida de quem está lá, você acaba atraindo mais pessoas, que vão querer ter a oportunidade de morar em um lugar com infra-estrutura urbana”, afirma. “Ficar sem infra-estrutura é complicado porque representa a poluição dos mananciais. Mas ficar com pode significar um maior adensamento, e aí o processo começa todo de novo, porque vai chegar uma hora que a infra-estrutura já não vai ser suficiente para aquele monte de gente”.

Por estes motivos, Lucia Sousa e Silva acredita que não há outro caminho a não ser conciliar a política urbana da cidade com a sua política ambiental. “É preciso achar um meio termo entre as questões ambientais e as habitacionais, que atenda ao mínimo tanto um lado como o outro. É um caminho árduo e nada fácil, mas não dá pra pensar de outro jeito”. E Ricardo Araújo finaliza: “Os nossos desafios vão estar sempre renovados. Estamos numa grande batalha, a guerra está em curso, e Guarapiranga e Billings, infelizmente, são um problema para o resto da vida. Ô regiões complicadas!”

Preservação

Parte II

A água, o homem, a mata

Não é raro se deparar com elas na região da Guarapiranga. Sozinhas, em casal ou em bando, rapidamente as belas garças abrem suas longas asas brancas e alçam vôo assim que sentem o menor sinal da presença humana. De bico alaranjado e fino, elas procuram os ambientes onde existe água porque se alimentam principalmente de peixes.

No entanto, elas não são os únicos pássaros que podem ser vistos nas margens do reservatório ou sobrevoando as suas águas. “Há mais de 250 espécies de aves que podem ser encontradas na região da Guarapiranga”, afirma o biólogo Fabio Schunck, que pesquisa os pássaros na represa desde 1999 e atualmente faz um levantamento das espécies já vistas na área. Não à toa, a Guarapiranga é hoje considerada um refúgio para as aves da cidade de São Paulo que dependem da água para sobreviver, e que vêem cada vez mais seus ambientes naturais serem invadidos por casas e prédios.

A discussão a respeito das aves, aliás, traz à tona uma controversa questão sobre a origem da palavra “Guarapiranga”. Isso porque o termo, provavelmente criado há mais de três séculos, quando índios ainda habitavam a região, permite algumas interpretações diferentes sobre a sua “invenção”. Conhecido de Schunck por também estudar as aves, Fernando Costa Straube, que mora no Paraná, publicou em 1999 um estudo intitulado *Guará: Origem Histórica do Vocabulo e Formação de Alguns Topônimos Paranaenses*, em que discute brevemente sobre o termo Guarapiranga. Segundo ele, uma das interpretações possíveis é a de que “Guará” possa ter derivado da palavra “Guyrá”, que em tupi significa “ave”, enquanto “Piranga” é o equivalente a “vermelho” na mesma língua.

No que se refere à época em que o termo surgiu, o livro *Guarapiranga: Recuperação Urbana e Ambiental no Município de São Paulo*, coordenado pela arquiteta Elisabete França, dá uma pista. A obra conta que já no século 17 existia na região um aldeamento indígena denominado Guarapiranga, ou Guirapiranga. Mas há uma ressalva de que “este núcleo não estava próximo do rio do mesmo nome [que deu origem a represa posteriormente] e não fez parte da formação da Paróquia de Santo Amaro [que se tornou o bairro de Santo Amaro e em cujo território se encontra parte do reservatório]”. O simples fato, no entanto, de que existia uma tribo indígena com o nome atual da represa na região em que ela se encontra, não deixa de ser relevante.

Partindo destes pontos, é possível afirmar que algum pássaro de plumagem vermelha tenha inspirado os índios a criar o termo em questão. Especializado em ornitologia, Fabio Schunck, neste caso, arrisca os seus palpites. Ele cita quatro espécies que podem ser encontradas na região e têm as penas vermelhas: o verão, o tiê-sangue, o tiê-do-Mato-Grosso, e talvez o colhereiro, que, explica o biólogo, “na verdade é rosa, mas aparece na Guarapiranga todos os anos e algumas pessoas que moram ou freqüentam a represa resolveram chamá-lo de ‘guarapiranga’. Além destas, podemos encontrar também na literatura o nome guará-piranga atribuído popularmente ao Guará [ave ameaçada de extinção, com penas avermelhadas], mas esta é uma espécie típica de manguezais e que não ocorre na Guarapiranga”, alerta.

Apesar dos esforços do biólogo, o amigo Straube alerta a dificuldade de chegar a uma conclusão. Para ele, pode ser “praticamente impossível reconhecer a origem deste e de alguns outros nomes, uma vez que a transliteração da língua indígena original para a portuguesa adulterou muito a forma escrita (e fonética) das palavras”. Ou seja, vale o palpite, mas não é possível afirmar com total certeza que os índios, na época em que viviam na região, estavam realmente dizendo com todos os tons e letras a palavra “Guarapiranga”. Ainda mais que estavam se referindo a uma ave – e que esta fosse vermelha.

Embora não haja um consenso sobre a origem do termo que dá nome à represa, Schunck decreta: “A Guarapiranga, hoje, é com certeza uma das áreas mais importantes de São Paulo para espécies de aves ligadas à água, e também para as espécies migratórias”. Ele explica que existem cerca de 80% de aves residentes na região vivendo nela o ano inteiro, enquanto o restante são espécies migratórias, algumas inclusive vindas da América Norte – como é o caso de grupos de maçaricos que, segundo o ornitólogo, fogem do inverno canadense para buscar as terras da América do Sul. “São Paulo é uma região estratégica porque ela está no meio do caminho das rotas de aves migratórias, e elas param na Guarapiranga porque ali encontram comida e locais para descansar”.

Um local para descansar e trabalhar

Assim como as aves, Schunck também parece ter encontrado na Guarapiranga o seu local ideal para viver e descansar. Aos 29 anos, ele possui uma forte ligação com a represa. O rapaz de cabelos compridos e sotaque interiorano conta que morou sua vida inteira na região. Hoje, vive no bairro do Interlagos, no distrito de Socorro, em uma casa a poucas quadras do reservatório. “Aqui é o lugar onde eu nasci. Eu cresci brincando na represa, nadando, pescando e andando de barco”, diz. “Meu avô tinha um sítio em Parelheiros [uma das subprefeituras inseridas na bacia hidrográfica da Guarapiranga] onde a gente plantava mudas de árvores, palmito e essas coisas. Então hoje eu tenho uma identificação muito grande com o lugar”. Ele explica ter optado pela profissão de biólogo justamente por ter passado bastante tempo ao lado da natureza.

O gosto pelas aves, por sua vez, veio por influência do pai, que aprecia aves ornamentais e possui uma criação de canários (são cerca de 100 deles, em gaiolas no fundo da casa). “Formei-me em 2001 em biologia com um trabalho de iniciação científica feito na Ilha dos Eucaliptos, que é a maior ilha da Guarapiranga com 32 hectares, sobre as espécies de aves da região”, afirma Schunck. “Descobri que do lado da minha casa tinha um lugar para fazer o estudo, enquanto muita gente tinha que viajar e ir para outros lugares”. Ao dizer isso, ele ri lembrando-se da ocasião.

“Eu tinha dúvidas se iria conseguir viver desse tipo de estudo e trabalhar com as aves profissionalmente. Mas, felizmente hoje, sete anos depois, faço viagens, não paro em casa, estou ganhando o meu dinheiro e ainda estou tentando fazer algo pela conservação do meio ambiente”, avalia o biólogo, que há poucos dias havia chegado de uma viagem feita ao Amazonas a serviço do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo. Colaborador do Museu desde 2004, Schunck também participa de um grupo de estudos sobre os impactos ambientais do trecho sul do Rodoanel Mario Covas, obra que promete resolver o problema do trânsito de São Paulo, mas que atravessará áreas importantes da Guarapiranga, assim como da Billings. Ele foi contratado pela Dersa (Desenvolvimento



Rodoviário S.A), empresa responsável pela polêmica obra. “Faço bastante trabalho como autônomo, e minha renda hoje vem só de estudos com aves”, conta.

Estrada *versus* estragos

Sobre os impactos ambientais do Rodoanel, Schunck explica que são vários grupos de estudos divididos entre diversas categorias, como aves, mamíferos, anfíbios, répteis e peixes. Junto com outros quatro pesquisadores, ele afirma que entre 2004 a 2006 foram realizados estudos na região por onde a obra passará. Seu grupo concluiu que ela não causaria impacto o suficiente para impedir sua construção. “O Rodoanel está cortando uma área importantíssima para a vegetação nativa e vida silvestre, mas não é uma área que está intocada, ela sofreu muita pressão antrópica no passado, com desmatamento e ocupações irregulares. E no nosso estudo nós listamos várias espécies de aves, só que nenhuma delas era rara ou estava muito ameaçada de extinção, então não conseguimos evitar uma obra deste porte”, diz

“Agora nós propomos que fosse feito um monitoramento durante a construção da obra, e os pesquisadores estão indo lá uma vez por mês coletar informações para saber se ela está causando alguma alteração. É um trabalho com duração de cinco anos, que vai até o fim das obras [a previsão de conclusão é em abril de 2010] e mais um período ainda”, complementa o biólogo. “Mas mesmo se algum impacto for detectado, a obra não pára mais, o máximo que a gente poderia fazer seria minimizá-lo, propondo alguma alternativa.”

Schunck reconhece que o Rodoanel será útil sob o ponto de vista do bem-estar da população, na medida em que contribuirá para o alívio do trânsito da cidade. Porém, ele alerta para o fato de que, a longo prazo, a ocupação urbana que acontecerá decorrente da obra será inevitável. “A construção não vai impactar os animais que vivem na região em um primeiro momento, mas ao longo dos anos é quase que óbvio que haverá perda de ambiente para estas espécies. Mas é difícil colocar num relatório que daqui a 10 anos, por exemplo, vai ter 100 mil pessoas morando nos arredores do Rodoanel. As pessoas não aceitam estudos com previsões”, diz.

Por isso, o momento atual é de expectativa em relação a esses impactos. Ainda mais porque o trecho oeste, concluído em 2002 também pela Dersa, é uma referência neste assunto e não guarda boas lições. De acordo com o estudo *Impactos Urbanísticos do Trecho Oeste do Rodoanel Mario Covas*, publicado em 2005 pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, vias ilegais de acesso a rodovia foram construídas depois da conclusão da obra, núcleos urbanos que já existiam nas suas proximidades sofreram adensamento populacional, e novos núcleos também acabaram surgindo – o relatório cita uma favela chamada Jardim Rodoanel, construída ao lado da estrada.

Ciente destas conseqüências, o biólogo Leo Ramos Malagoli, que acompanha o andamento das obras e foi integrante do grupo de estudos de impactos ambientais sobre répteis e anfíbios, acredita que se elas acontecerem no trecho sul, seus impactos serão sentidos em um nível catastrófico, justamente por se tratar de áreas de mananciais. “É fundamental que se implantem as medidas de compensação ambiental antes de a rodovia ser concluída”, diz, lembrando em seguida que mesmo após a conclusão do trecho oeste,



algumas das ações para minimizar os impactos ambientais da obra ainda não tinham sido feitas.

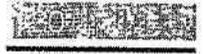
De acordo com a Dersa, entre as medidas de compensação ambiental previstas para o trecho sul estão a criação de quatro unidades de conservação, a revitalização e recuperação de áreas afetadas pela obra, além da construção de travessias especiais para a circulação de animais. No entanto, apesar de Malagoli acreditar que “o processo de implantação dessas ações está lento, se comparado com o ritmo que o Rodoanel está sendo construído”, a empresa responsável pela rodovia garante que as medidas estão sendo feitas dentro do cronograma e que não há razão para crer que o trecho sul sofra as mesmas consequências vistas no trecho oeste. Sem especificar se alguma compensação já foi concluída, a companhia informa que “a Dersa vem tendo cuidados redobrados com relação ao trecho sul. Mas a implementação das medidas compensatórias é um trabalho muito complexo, principalmente no que se refere às unidades de conservação. É necessário elaborar decretos de utilidade pública das áreas, fazer levantamentos topográficos, cadastro e desapropriação de propriedades, além de realizar planos de manejo e obras de infraestrutura e cercamento”. Segundo a empresa, a previsão de conclusão das compensações é em dezembro de 2009, poucos meses antes do término geral das obras.

A biodiversidade

Da janela do quarto de Fabio Schunck, não é possível observar as obras do Rodoanel. E, talvez, por isso a vista seja tão privilegiada, permitindo ao biólogo ver boa parte da imensidão da represa. “Às vezes, quando estou trabalhando na frente do computador e fico de saco cheio, pego minha luneta e fico olhando os passarinhos daqui. Já aconteceu de eu descer até a represa para ir passear e observar os pássaros e acabar vendo uma espécie que nunca tinha sido vista na região”. Quatro anos atrás, enquanto andava de caiaque, ele conta ter visto duas espécies da ave tuiuiú no meio do reservatório. “Essa espécie [considerada a maior cegonha do mundo, com as pernas longas, um grande bico e a cabeça pintada de preto e vermelho] tinha sido registrada em São Paulo pela última vez em 1893, e desde então nunca mais foi vista”.

O biólogo, neste ponto, levanta uma questão importante: “Não que esta espécie tenha vindo para cá em 1983 e depois só apareceu novamente em 2004. Com certeza ela passou por aqui várias vezes, mas ninguém estava lá e conseguiu registrar sua aparição. O problema é que, apesar de São Paulo ser uma das cidades que mais têm estudos sobre as aves e com o maior número de pesquisadores, são poucos os estudiosos que pegam o carro e vêm pra Guarapiranga observar os pássaros”, explica, para em seguida apontar a falta de estudos como um fator impeditivo para uma análise mais profunda a respeito da diversidade animal na região.

Segundo Schunck, a diversidade de aves na Guarapiranga é grande e significativa no âmbito do município de São Paulo, mas justamente pela falta de estudos anteriores não é possível detectar se houve perda dessa diversidade conseqüente da ocupação urbana ocorrida ao longo dos anos. Nesta questão, a jornalista Ângela Rodrigues Alves, que mora há poucas quadras da casa de Schunck, complementa: “A fauna silvestre que nós ainda temos aqui, considerando que é um bairro de São Paulo e com densidade humana, é grande. Ter animais silvestres na região é perfeito porque eles estão fazendo o seu papel,



procriando e ao mesmo tempo ajudando na manutenção do meio ambiente, descansando sementes e ajudando no surgimento de novas árvores, por exemplo”.

Ângela, quando fala dos animais silvestres que vivem na região, refere-se aos outros bichos que podem ser encontrados nos arredores da represa, como as capivaras, os veados e os tatus. Segundo Schunck, esses animais sofrem tanto quanto as aves, especialmente com a perda de seus ambientes naturais e com a caça indiscriminada feita para comercialização ou consumo alimentar. Além destas problemáticas, a poluição, que à primeira vista pode parecer negativa para todos os animais, é um ponto que tem os seus dois lados da moeda: “A poluição na Guarapiranga vem principalmente do lixo orgânico que é produzido pelas pessoas. Só que muita matéria orgânica faz com que muitos microorganismos se reproduzam, e isso para as aves, por exemplo, é bom, porque elas se alimentam deles”, esclarece o biólogo. “Mas é complicado falar sobre isso, porque se você diz que a poluição é boa as pessoas podem pensar: ‘Ah, então vamos poluir’. É um tema super delicado”, afirma.

Uma vida dedicada à natureza

Idealizadora de uma organização não-governamental chamada Fiscais da Natureza, que conta hoje com cerca de 800 integrantes, Ângela Rodrigues Alves vive em um terreno de 4.700 metros quadrados no bairro do Interlagos. Ali, o amplo e arborizado jardim chega a encobrir tanto sua residência quanto a sede da ONG fundada por ela há seis anos, pois ambas estão no mesmo espaço. Junto com ela, reside também toda uma comunidade de animais abrigados pela jornalista. Ela diz que são cerca de 60 bichos, entre aves, tartarugas e até iguanas. “São todos bichos que ninguém queria, que vieram parar aqui machucados ou porque alguém os abandonou”, conta. Por isso, Ângela considera sua casa uma espécie de “quilombo”, referindo-se aos locais que serviam de refúgio para os escravos nos tempos coloniais do Brasil. “Os papagaios que aparecem por aqui, por exemplo, vêm para cá porque fugiram de gaiolas e foram atraídos pelos outros”.

Filha de fazendeiros, a jornalista conta que sempre gostou de mexer com terra, plantas e tudo o mais que envolvesse a natureza. “Eu morava no bairro do Alto da Boa Vista [região sul da cidade de São Paulo] e freqüentava a região da Guarapiranga desde os sete anos de idade, quando vinha para cá passear e andar a cavalo. Em 1982, decidi que não queria morar em cidade e comprei um terreno aqui no bairro”, conta ela, que hoje tem 50 anos. “Era só um lote, não tinha uma casa no quarteirão inteiro, as ruas eram todas de terra e, como disse a minha mãe na época em que eu me mudei, eu vim morar no mato. E era mato mesmo, mas era isso o que eu queria: ter uma qualidade de vida que me propiciasse uma ligação com a natureza, tanto com bichos como com plantas”.

Hoje o bairro que Ângela escolheu para viver está completamente diferente de como o era na década de 80. Agora, os terrenos vizinhos estão todos ocupados por grandes casas e as ruas já se encontram em sua maioria asfaltada. Mesmo assim, ela afirma se sentir isolada dentro de sua casa, alheia ao que aconteceu nos arredores ao longo dos anos. “Isso aqui pra mim é um projeto de vida. Tudo aqui dentro continua a mesma coisa. Todas as árvores que estão aqui, com exceção de uma ou duas, foram plantadas por mim, e, se as minhas araras também estão felizes e satisfeitas, a ponto de terem um filhote atrás do outro, então é porque deu certo”, alegre-se. No total, são 12 araras Canindé (espécie de



peitoral amarelo e asas azuis) que podem ser vistas sob as árvores do seu terreno e das quais nove são filhotes nascidos ali mesmo.

Definida como uma “guerreira ambiental” por integrantes da ONG, como Priscila Kirsner, de 26 anos, Ângela produziu diversos documentários sobre meio ambiente ao longo de sua carreira como jornalista. Entre eles, *Tráfico*. Filmado entre 2002 e 2004, o documentário aborda a questão do tráfico de animais no Brasil. Já *Interlagos Urgente* fala sobre o nível de violência que o bairro onde vive atingiu no início do século 21. “Existiam bares irregulares na Avenida Robert Kennedy que chegavam a atrair mais de seis mil pessoas por noite para a região, e algumas delas atravessavam o bairro de manhã com carro, bêbadas, pichando os muros e até matando cachorros com armas de chumbinho”, relembra. “Em 2006, veiculamos o vídeo a 45 autoridades, entre pessoas públicas e policiais, e continuamos a fazer pressão depois até as coisas começarem a melhorar”.

Foi nessa época, inclusive, que surgiu o chamado “Projeto do Bolsão” para o bairro de Interlagos – um sinal de que as coisas realmente não andavam bem por ali. A maioria das ruas de acesso à Avenida Robert Kennedy, que margeia o bairro, foi interditada com grandes blocos de concreto, que dificultaram assim a entrada e a saída de veículos. O objetivo desta medida era aumentar a segurança na região e evitar cenários violentos como os descritos por Ângela. Segundo a própria jornalista, a melhoria de fato aconteceu, quando ela aponta para o calçadão ao lado de sua casa e afirma: “Isto aqui era uma rua onde ocorria desmanche de motos”.

Neste período também, ela teve a idéia dos Fiscais da Natureza, projeto que veio a se concretizar oficialmente no ano de 2002 com o objetivo de preservar as áreas verdes remanescentes da região de Interlagos. Entre elas, o chamado Viveiro Comandante Jacques Cousteau, hoje um parque municipal com uma área de 67 mil m². Situado bem ao lado da casa de Ângela. Sobre o nome escolhido para sua ONG, ela explica: “Acho que ser um fiscal da natureza sempre foi o meu sonho de vida”.

Preservar o que ainda resta

A razão de ser tanto da ONG quanto a de Ângela têm a sua legitimidade, ainda mais para uma região que sofreu durante décadas com a falta de atenção relacionada à sua preservação. De acordo com dados compilados pelo Instituto Socioambiental (ISA) no *Diagnóstico Guarapiranga 2005*, mais da metade da bacia hidrográfica da Guarapiranga encontra-se alterada por uso humano, ou seja, não possui mais a sua vegetação original. Segundo o estudo, do território total de 639 km² da bacia, 42,4% foram modificados por usos antrópicos (atividades agrícolas e de mineração, indústrias, reflorestamento, áreas de lazer, entre outros) e outros 16,9% por usos urbanos (ocupações de alta, média e baixa densidades).

Considerando que toda a área da bacia hidrográfica, e não apenas do entorno da represa, é de vital importância para a manutenção da quantidade e qualidade da água que chega à população (uma vez que toda a água produzida dentro dos seus limites escoar até a represa), esses números não são nada desprezíveis. E suas conseqüências refletem-se na realidade que vive a Bacia hoje: segundo o relatório elaborado pelo ISA, apenas 37% da vegetação original da Mata Atlântica ainda estão preservados, o que significa menos árvores em suas áreas e as suas respectivas conseqüências. “A floresta de pé funciona como uma



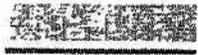
esponja para a região e ajuda a reter a água e encaminhá-la para o lençol freático, que vai alimentar tantos os rios e os corpos de água, como a própria represa”, explica Vinicius Madázio, educador ambiental da Fundação SOS Mata Atlântica. “Uma vez que as árvores são derrubadas, diminui-se a quantidade de água que chega à represa e, mais ainda, traz outros problemas a ela, como o assoreamento, causado por sedimentos, ou até mesmo lixo, que se depositam no seu leito e que poderiam ser filtrados pelas matas”.

O oceanógrafo Fernando Marinheiro, de 25 anos, um dos coordenadores da ONG Peixe Vivo, que oferece atividades esportivas para crianças de famílias de baixa renda da região, explica que o assoreamento é um dos principais problemas da Guarapiranga e se deve não só à sedimentação de lixo, mas também do esgoto doméstico que vai parar na represa. “Temos lugares por aí que deveria ter oito ou nove metros de profundidade, mas hoje está com três por causa desse depósito de matéria orgânica. Mas o processo para limpar é complicado porque deveria ser feita uma dragagem, que seria como um aspirador para chupar todo o fundo e tirar esse lodo. Se for fazer isso, o processo vai remover todo o fundo e essa matéria, que já está depositada, vai voltar para a superfície e daí vai piorar a qualidade da água”.

Para Madázio, é importante investir hoje na preservação das áreas verdes que ainda restam na bacia da Guarapiranga. “É preciso haver algum estímulo a proprietários desses terrenos, um incentivo para que eles os mantenham intocados. A criação de RPPNs [Reserva Particular do Patrimônio Natural] é uma opção”, afirma ele, referindo-se a um termo que vem ganhando força nos últimos tempos, principalmente depois da aprovação da Lei Específica da Guarapiranga, em 2006, que instituiu este instrumento como uma das formas de compensação ambiental para a região. “Há, hoje, uma política grande de fomento à criação de RPPN no Estado de São Paulo”, afirma Fernanda Bandeira de Mello, assessora de Projetos Especiais da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. “É importante que haja incentivo aos municípios para valorizar as áreas de mananciais. Estamos batalhando por isso”.

Uma RPPN, segundo a Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN), é uma área de conservação ambiental em terra privada criada a partir da vontade do seu proprietário, “que assume o compromisso de conservar a natureza, garantindo que a área seja protegida para sempre, por ser de caráter perpétuo”. A importância da sua criação é a de proteger a biodiversidade nacional por meio da formação de corredores ecológicos. E a sua principal vantagem é a de envolver a iniciativa privada na questão da preservação do meio ambiente, dando a ela independência governamental para gerir a RPPN e benefícios para mantê-la - como a isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e preferência na obtenção de financiamentos para projetos ambientais, dentro do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Além disso, o proprietário da RPPN pode também obter renda com o seu terreno, realizando, por exemplo, o chamado turismo ecológico.

Atualmente, segundo dados da Frepesp (Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de São Paulo), existem 42 RPPNs no Estado, sendo que apenas uma delas está localizada no município de São Paulo, o Sítio Curucutu, dentro da bacia hidrográfica da Billings. Nos limites da bacia vizinha, porém, pode ser que em breve também surja uma. Isso porque o Solo Sagrado de Guarapiranga, inserido em um território de mais de 320 mil m² e localizado na margem sul da represa, entrou em 2007 com um



pedido para tornar cerca de 85% de toda a sua área em uma RPPN. “Esperamos que dentro de alguns meses ela já terá sido criada”, acredita Fernando Augusto de Souza, advogado da Igreja Messiânica Mundial do Brasil, proprietária do Solo Sagrado, e uma das pessoas à frente deste processo.

Segundo o advogado, o principal objetivo em se criar uma RPPN é a conservação do meio ambiente. “Os incentivos fiscais que podemos receber são irrelevantes. Nossa motivação é a preservação em si, porque nós fazemos parte da natureza e, portanto, devemos respeitá-la”, diz, citando um dos pontos da filosofia seguida pela Igreja Messiânica Mundial, segundo a qual todas as espécies do planeta, sejam elas animais ou vegetais, deveriam conviver em harmonia. “Temos o interesse de gravar em cartório a área do Solo Sagrado, porque aí não vai poder desmatá-la nunca, já que será de preservação permanente”.

Augusto, no entanto, não deixa de apontar os entraves que tornam a criação de RPPNs um pouco complicada para outros proprietários. “É um processo burocrático e é muito oneroso juntar todos os documentos necessários”, diz. “Proprietários menores podem não conseguir arcar com os custos de um plano de manejo, por exemplo”, completa, referindo-se a um documento técnico obrigatório para a manutenção de uma RPPN, que caracteriza o território e define diretrizes para a sua gestão. Neste ponto, Alessandra Aparecida Silva, diretora geral da Frepesp, concorda e complementa: “Deveria existir um incentivo por parte do governo para ajudar os proprietários de territórios pequenos”.

Silva, por outro lado, relata que o processo de criação de RPPNs no município de São Paulo se tornou mais ágil nos últimos anos, graças a avanços na sua legislação. “Em 2006 foi promulgado um decreto que permitiu a própria cidade conceder os títulos de RPPN aos proprietários. Antes, quem fazia isso era o IBAMA [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis], que cuidava de todos os Estados e, por isso, tornava o processo mais demorado”, afirma. “Mas ainda assim, incentivar a sua criação poderia ser um excelente caminho”.

O educador Vinicius Madázio, porém, continua a discussão e acredita que não basta apenas cobrar do poder público as iniciativas para preservar a Guarapiranga. “As pessoas, inclusive as que moram fora da bacia, têm que se preocupar com a região, porque ela presta um serviço ambiental para a cidade de São Paulo, para todos que bebem a sua água”, afirma. “É preciso ter um trabalho contínuo de educação ambiental, para sensibilizar a população e mostrar que elas têm relação com a qualidade e a quantidade da água que recebem. O poder público precisa ser mais fiscalizador, mas as pessoas também têm que acordar e entender que não existe água sem floresta, não existe floresta sem água, e não existe sociedade sem floresta e água”.

Conscientização

Parte III

Aquele Abraço

Ele é um dos eventos mais importantes na região do Guarapiranga. Realizado desde 2006, o Abraço Guarapiranga reúne moradores da região, ambientalistas e toda a sorte de pessoas vindas de vários pontos da cidade. Simbolicamente, os participantes abraçam a represa para expressar suas preocupações em relação ao futuro do reservatório, que vem sofrendo as conseqüências de anos de descaso. Porém, o desinteresse não vem apenas de órgãos governamentais. Mesmo a parte da população que recebe em casa a água da Guarapiranga, muitas vezes, não mostra o respeito que ela merece.

Exemplo disso é a indagação de uma das quase 4 milhões de pessoas que diariamente usam a água da represa ao abrir a torneira. “Por que cuidar de algo que não é nosso?”, pergunta Luciano José Rodrigues Brito, de 34 anos, presidente da equipe de escoteiros Almirante Tamandaré, localizada nas proximidades da Guarapiranga. “Essa é a sensação que tenho. Desde pequeno moro aqui perto da represa, mas nunca me interessei muito por ela porque sempre me pareceu meio abandonada”, complementa. No momento em que faz essa confissão, Luciano está à frente de um grupo de jovens que planta mudas de árvores à beira do reservatório. E, apesar da atitude, ele foi um dos 7 mil participantes do Abraço Guarapiranga 2008. Realizada no dia 1º de junho, a terceira edição do evento contou com o apoio de clubes, condomínios, escolas e outras instituições que mantêm projetos ligados à represa.

Para os organizadores, o número de presentes se mostrou significativo. Mesmo com a garoa fina, vento forte e temperatura em torno de 15 graus, a Barragem da Guarapiranga, o Parque Ecológico da Guarapiranga e o Solo Sagrado de Guarapiranga se encheram. Prova de que, embora aparentemente não significasse muito para poucos, o evento gratuito foi motivo de emoção para outros. Como Mauro Scarpinatti, 45 anos, membro da ONG Espaço Formação Assessoria e Documentação, uma das 37 entidades organizadoras da festa que, neste ano, contou com shows musicais, oficinas recreativas e tantas outras atividades. Homem calvo, com muitas rugas e forte cheiro de tabaco, Scarpinatti é quem grita no microfone, ligado em cima do carro de som, sobre a importância da conservação da represa. Com a sua voz rouca, é ele quem puxa a multidão já de mãos dadas e em fila indiana por cima da Barragem da Guarapiranga para o momento mais esperado do evento – o abraço na represa.

Diferentemente de Luciano, Scarpinatti mostra suas fortes convicções ambientais quando chora ao falar sobre os problemas e a importância do manancial. “A Guarapiranga vem sendo agredida ao longo das últimas três décadas por toda sorte de desmandos, tais como as ocupações irregulares e o despejo de esgoto doméstico”, discursa. “Realizar um evento destes dá espaço para a população se manifestar e mostrar seu descontentamento com a atual situação da represa, ao mesmo tempo em que a mobiliza para lutar por melhorias para a região”, afirma o economista.

Despejo de esgoto e outros tantos tipos de lixo aparentemente não afastam alguns freqüentadores que costumam nadar nas águas da Guarapiranga. Em compensação, a sujeira visível em alguns pontos da represa é sinônimo de preocupação para jovens como

Vinícius de Almeida, de 19 anos. Durante o Abraço, o estudante, que integra um movimento de educação ambiental na zona sul da cidade – o Eco Estudantil –, trajava uma roupa preta apinhada de latas de cerveja, tubos de pasta de dente, caixas de papelão e diversos outros tipos de embalagens. “Essa aqui é uma fantasia que representa a poluição, o descaso do ser humano com o lixo que ele abandona”, explica. “Toneladas de lixo são jogadas diariamente na bacia da Guarapiranga, nos córregos que deságuam na represa, e essa é a água que nós mesmos estamos consumindo”.

O jovem alerta ainda para os riscos ligados à poluição. “Quer as pessoas queiram ou não, elas têm uma responsabilidade ambiental com a Guarapiranga, porque elas bebem da sua água e pagam pelo seu tratamento. Além disso, muitas pessoas que moram na região da bacia não se dão conta de que os seus terrenos são também pedaços do manancial, que precisam ser cuidados”. E termina dizendo: “O Abraço da Guarapiranga tem o seu valor por fazer as pessoas perceberem que suas vidas estão ligadas à represa, que a água que sai daqui é a mesma que sai das suas torneiras”.

Essa, aliás, é a principal proposta da campanha De Olhos nos Mananciais, idealizada pelo Instituto Socioambiental (ISA), que também esteve presente no evento. Lançada em 2007, a iniciativa tem como objetivo esclarecer a população sobre os problemas enfrentados pelos mananciais que abastecem a cidade de São Paulo e propor novos modos de se relacionar com a água. “O Abraço da Guarapiranga é apenas uma das ações que fazemos para promover uma reflexão na cabeça das pessoas, mostrar que elas têm uma ligação com a água”, explica César Pegoraro, biólogo e educador ambiental do ISA. Para ele, é preciso não apenas conscientizar, mas sensibilizar a população para a questão dos recursos hídricos. “As pessoas têm consciência de que jogar lixo na rua pode contaminar a água, de que lavar a calçada com a mangueira é um desperdício”, diz. “Mas falta sensibilizar essas pessoas, torná-las sensíveis ao ponto de saberem que esse lixo vai contaminar a água que elas próprias estão bebendo, que a ganância de água delas vai se refletir na escassez do recurso futuramente. É igual a um fumante, que sabe que fumar faz mal, mas mesmo assim não vai parar de comprar cigarro”, compara.

Para Pegoraro, é preciso fazer a população das grandes cidades deixar de lado o que ele chama de “relação mágica”. Ele explica: “As pessoas não sabem de onde vem a água, para onde vai o lixo, para onde vai o esgoto”. Em sua opinião, é preciso reverter essa relação trabalhando junto à sociedade, seja com ações informativas ou com movimentos de mobilização social. “Temos que atuar com quem consome água, ou seja, todo mundo. Por mais que as pessoas morem longe da represa e nem a conheçam, elas dependem da sua água e, se quiserem ter esse recurso em boa qualidade, têm que pautar as políticas públicas para aquela região”.

E a idéia de Pegoraro e do jovem Vinícius de que os moradores das metrópoles não têm a mínima noção da consequência de seus atos para a natureza também é compartilhada por outros profissionais. Assim como os dois ambientalistas, o gari Ricardo Pinto da Conceição, de 25 anos, acredita que algo está errado na maneira como o ser humano lida com a questão do meio ambiente. “Se todos fizessem sua parte, tanto a represa quanto tudo isso [referindo-se ao planeta] duraria muito mais tempo”, pondera. “O povo parece que tem raiva da natureza porque além de sujar tudo, tem muita gente que vem aqui para matar pássaros, pescar só para colocar o bicho no aquário, caçar garça para vender... E tudo na maldade mesmo.” Decidido a viver melhor do que no interior da Bahia, de onde veio

para São Paulo ainda adolescente, Ricardo faz parte de um grande número de nordestinos que migraram para a capital paulista em busca de melhores condições de vida. Há oito anos morador do Jardim Ângela, distrito que compõe a paisagem da represa, Ricardo se mostra consciente ao afirmar que recicla seu lixo e desmistifica a idéia comum entre diversos moradores da capital paulista de que nordestino é o culpado pelos problemas na cidade e na represa, como a sujeira nas ruas e nas águas. Limpador (como prefere ser chamado) desde os 20 anos, Ricardo conta que a limpeza pesada na região tem dia certo para acontecer. “Aqui nesse pedaço a gente acha de tudo, desde cachorro morto até bruxaria. Ontem mesmo [um dia antes da realização do Abraço], retiramos 200 sacos de lixo só aqui dessa área da barragem, mas isso é porque hoje vem o prefeito aí, né?”

Ricardo não estava errado. Esbanjando sorrisos e abraços, o prefeito Gilberto Kassab veio mesmo com o mau tempo e, literalmente, botou o pé na lama, que se formou com a mistura de terra e água da chuva e ameaçou atolar os carros que tentavam chegar até um local próximo ao local onde o palco estava montado. Para Kassab, o Abraço representa a preocupação do paulistano em relação ao pouco de verde que ainda lhe resta. “Ele [o Abraço] é a oportunidade que a cidade tem para demonstrar sua preocupação com a preservação das nossas reservas naturais e da nossa água. Além de lembrar a importância de combater a poluição na cidade. Enfim, cada vez mais a cidade de São Paulo vem se mostrando mais consciente em relação à qualidade de vida das pessoas. E qualidade de vida significa combater a poluição, preservar o meio ambiente e recuperá-lo. Hoje aqui, abraçar nossa represa e recuperá-la significa preservar a nossa água e o nosso verde.”

E mesmo que a presença do prefeito tenha durado não mais do que trinta minutos, na festa que começou às 10 horas da manhã e só terminou às 17 horas, sua vinda serviu para mostrar que algo de bom está acontecendo. Pelo menos essa foi a opinião do ambientalista Scarpinatti, que há 30 anos mora em uma casa ao lado da represa, no Jardim das Imbuías. “A presença do prefeito de São Paulo no Abraço da Guarapiranga, a despeito de qualquer caráter político, por si só já mostra que estamos conseguindo efetivamente pressionar o poder público e sensibilizá-lo para as questões da região”, observa. Saudoso, ele lembra que o manancial “representava o quintal da casa da gente, nosso espaço de lazer onde nadávamos e jogávamos bola”. “Hoje ainda existe isso, mas infelizmente em um grau menor, porque suas águas estão poluídas, as margens sujas, e muitas das áreas que antes utilizávamos foram cercadas por casas e estabelecimentos comerciais. Isso tem que começar a mudar, a sociedade precisa se organizar e lutar por melhorias. As pessoas não têm consciência de que a água é um bem precioso”.

A batina ecológica

Alguns quilômetros adiante da barragem, dentro do Parque Ecológico do Guarapiranga, uma pessoa chamava atenção em meio ao pequeno público que assistiu à missa em celebração ao Abraço 2008. Com o sotaque forte de estrangeiro, Jaime é uma das figuras mais importantes na região devido ao trabalho que vem fazendo desde 1987, no Jardim Ângela. “Ele é um irlandês muito sério que passou pelo Embu das Artes antes de vir para a região, e tem as principais ações sociais daqui. É um cara batalhador, contestador



e puro. Se houvesse mais padres Jaimes na região ou em outros lugares, o mundo estaria bem melhor”, afirma Marco Lucena, diretor do parque.

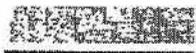
James Crowe – padre Jaime, como ele é conhecido –, de 63 anos, cresceu numa fazenda no condado de Clare, na Irlanda. Entre as atividades do dia-a-dia estava cuidar da plantação de batata da família, ordenhar vacas, jogar bola com os outros nove irmãos e ir à missa aos domingos. Aos 17 anos, “por vocação e chamado de Deus”, optou pelo seminário e entrou para a Sociedade Missionária São Patrício que atua na África e na América Latina. “Quando fui ordenado padre, a Sociedade me pediu para vir aqui para o Brasil. Cheguei em 1969 e fui para o Embu das Artes.”

Mas foi em outro local de São Paulo que padre Jaime encontrou um dos maiores desafios da sua vida. “Em 1987, o bispo Dom Fernando Penteadado me pediu para vir para o Jardim Ângela porque era uma região que precisava iniciar um trabalho missionário de evangelização, pois evangelizar é anunciar a vida, valorizar as pessoas para que todos tenham vida”, explica. Por conta disso, em 1988, fundou a ONG Sociedade Santos Mártires com o objetivo de promover inclusão social dos moradores locais. O trabalho, que aparentemente não surtia o efeito esperado (em 1996, o Jardim Ângela foi considerado pela Organização das Nações Unidas o bairro mais violento do mundo), hoje soma resultados e premiações.

Em 2005, não só a violência no distrito de 300 mil moradores caiu 55%, de acordo com o Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), como o padre Jaime teve seu trabalho reconhecido. “Recebi prêmios de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo, da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal de São Paulo, mas me envergonho deles porque o mais importante é o trabalho e o resultado dele, e não o reconhecimento”, comenta, enquanto prepara seu cachimbo. Apesar de ser um hábito, ele não permite ser fotografado com o objeto que deixa a pequena sala onde funciona seu escritório, na paróquia Santos Mártires (localizada em uma travessa da Estrada do M’Boi Mirim), com forte cheiro de tabaco.

Com determinação (talvez, somada à força do seu carisma e diplomacia), padre Jaime trouxe a polícia comunitária para a região, conseguiu inaugurar um hospital público no bairro e criou programas, como o Centro de Atenção Psiquiátrica para Álcool e Drogas, a Casa Sofia, que atende mulheres vítimas da violência doméstica e o Cuida, que auxilia filhos de dependentes químicos. “Os dois grandes motivos para a violência do Jardim Ângela eram o abandono do poder público na região e o abuso das drogas junto com o tráfico. Não que aqui tenha mais drogas do que nas áreas nobres, mas o cliente da droga aqui não tem dinheiro para financiar o vício, então os traficantes matam quem tem dívidas. Sempre tentamos dar esperança ao povo organizando-o em comunidade. Com essa organização e trabalho em conjunto, criamos esses projetos que ajudaram a superar muitos problemas. Porque dentro do abandono e do desemprego, o grande problema, principalmente da juventude, é o da falta de perspectiva, de motivação e de esperança. À medida que essas coisas vão acontecendo, criamos uma sensação de bem-estar e melhora nas coisas.”

Diante do quadro de carências básicas, é possível concluir que a questão ambiental passa longe das prioridades de um morador do Jardim Ângela, por exemplo. Porém, não é bem assim. Questionado se a preservação da Guarapiranga é um tema que ele leva para a comunidade, padre Jaime revela que não, mas acrescenta: “Se a pergunta tivesse sido feita



20 anos atrás, eu teria dito que meio ambiente é coisa de burguês, mas hoje o pobre também percebe essa necessidade. Ele sente os problemas respiratórios causados pela poluição, sente o cheiro da água que fede, lembra do tempo que podia nadar na represa porque estava limpa.”

O padre aponta também outro problema comum na região: o preconceito em relação aos migrantes que chegaram (e ainda chegam) a São Paulo em busca de melhores condições de vida. “É a conclusão mais fácil para muita gente [dizer que o nordestino é o culpado pela poluição da represa]. Inclusive, em janeiro do ano passado [2007], quando o Xico Graziano tomou posse, foi feita uma reunião com os quatro subprefeitos da região e essa questão foi colocada claramente. Alguém [que mora no bairro da Riviera, mas que o padre não se lembrava do nome] levantou e disse abertamente que o problema são os nordestinos que vêm para cá. Quando isso foi dito, lembrei do oportunismo dessas pessoas que se aproveitam desses nordestinos e da mão-de-obra barata deles para limpar as suas casas e servirem de empregadas domésticas baratas. Felizmente ou infelizmente, sei lá o que é bom ou mau nessas horas, eu sou visto como defensor dos pobres. Muitos chegam até a falar ‘essa gentalha do Jaime que joga lixo no córrego’”.

No entanto, não é apenas de alguns moradores da Riviera de quem padre Jaime tem reclamações a fazer. Indignado com “políticos e fiscais da prefeitura que fecharam os olhos aos loteamentos clandestinos”, ele afirma que não aceitará o discurso dos secretários do meio ambiente. “Não vou aceitar as conversas do Xico Graziano [estadual] ou do Eduardo Jorge [municipal] que acusam os moradores dos mananciais de criminosos e querem retirá-los à força. Com todo o amor que tenho pela natureza e pela urgência da preservação do meio ambiente, também temos que reconhecer que esses moradores foram jogados aqui pelos governadores por oportunismo, quando precisaram da mão-de-obra barata para ir para as fábricas aí nas Nações Unidas. Agora que a mão-de-obra barata virou sucata, eles querem jogar no lixo de novo e chamam o pobre morador que ajudou a construir a cidade de São Paulo de criminoso?! Além disso, temos moradias em condições desumanas de habitação. Por aí abaixo, você encontra casas com os córregos e esgoto correndo a céu aberto. E eles [secretários] querem jogar o problema para o morador e não assumir que falta um plano habitacional para a cidade?! Essa é a dificuldade no momento em que estamos.”

O padre explica que cada habitante do planeta deve ter 12 m² de área verde, segundo ele leu em um relatório da ONU. “Mas em São Paulo, não chega a 1 m²”. Por isso, ele defende uma lei municipal de agricultura urbana. “Com essa conversa sobre escassez de alimentos, aproveitaríamos uma lei desse tipo também para dar uma renda para o pessoal da região. Outra possibilidade é o turismo em torno da represa, que seria uma fonte de emprego e de vida para muitas pessoas.” E conclui dizendo: “Existe uma urgência de redescobrirmos a harmonia de toda a criação. Acho que dá um gosto especial quando o mineiro, por exemplo, fala da mãe Terra e tem um carinho todo especial pela natureza, pela água e pela terra. Enquanto aqui na cidade, nós perdemos esse elo. Acredito muito na importância de a criança brincar na terra e desenvolver essa ligação”.

2014



Lazer

Parte IV



A represa de todos

Dependendo da rota traçada, algumas decolagens procedentes do aeroporto de Congonhas (zona sul) são feitas no sentido do bairro do Jabaquara. Segundos depois do levantar vôo, lá está ela, ao lado direito da aeronave. Uma grande mancha d'água quebrando a paisagem cinza da cidade de São Paulo. Porém, da janela do avião não é possível ter uma noção exata da complexidade e da beleza que envolvem a represa do Guarapiranga. Apesar dos problemas com o esgoto proveniente de bairros e favelas de entorno, ela é considerada recanto natural e alternativa de lazer para pessoas das mais diferentes classes sociais. Até mesmo atletas olímpicos, como o velejador Robert Scheidt, de 35 anos, têm um grande apreço pelo local.

Octacampeão na categoria Laser (veleiro de pouco mais de 4 metros guiado por um único tripulante), Scheidt conta que passou a freqüentar a represa em 1979. “Comecei a velejar no Day Sailer [outro tipo de veleiro de pequeno porte] do meu pai com o qual fazíamos ‘cruzeiros’ na Guarapiranga. Ela já era bastante poluída, mas longe da situação atual. A água era transparente, o entorno era mais verde e não havia jet skis cruzando a represa em alta velocidade como fazem hoje. A Guarapiranga e o YCSA [Yacht Club Santo Amaro, clube no qual Scheidt iniciou sua carreira] eram como o quintal de minha casa. Velejei nela todas as regatas possíveis e treinei muito durante a semana quando ela era totalmente erma”. No entanto, atualmente, nem mesmo durante a semana a Guarapiranga esvazia da maneira que o atleta recorda. Depois de quase 30 anos, a paisagem sofreu algumas mudanças e a represa é hoje o lugar certo para quem busca uma alternativa de lazer. Inclusive, ela foi escolhida para sediar o Campeonato Paulista de Jet Ski, em março de 2008.

Mas não é à toa que muitos a vêem como opção de entretenimento. É uma sexta-feira de sol quente e as águas da Guarapiranga são as únicas que dão uma trégua no calor de quase 30°C. Em uma das poucas regiões da cidade onde os habituais arranha-céus paulistanos dão lugar a um visual mais verde, o vento refresca e alivia o mormaço. Em suas águas, uma flotilha veleja distante da famosa Praia da Lola, área que a prefeitura de São Paulo promete colocar quiosques, chuveiros e banheiros públicos, vestiários e quadras de esporte, como parte da Operação Defesa das Águas.

Localizada em uma das travessas da Avenida Robert Kennedy, a praia (que passará a ser chamada de Parque Praia do Sol depois da revitalização) é o local de descontração de alguns grupos de pessoas. Crianças nadam, algumas pessoas dormem embaixo de copas de árvores, famílias tiram fotos, e quase todos os adultos fumam e bebem. Caipirinhas, pingas e cervejas são vendidas em um bar adaptado numa velha Kombi estacionada próximo à margem. Entre os freqüentadores está o casal Deisiene Correa de Souza, de 38 anos, e seu marido que prefere não se identificar.

Entre um gole e outro de cerveja, Deisiene conta que há 20 anos saiu de Recife (PE) em busca de melhores condições de vida em São Paulo, e que o trabalho informal como “babá de idosos” foi a maneira encontrada para incrementar a renda da família (o marido é segurança em uma casa noturna). Moradora de Pedreira (bairro do distrito de Cidade Ademar, na zona sul da cidade), ela conta orgulhosa sobre a sua gravidez e o casamento. “Eu pedi a Deus por um homem e hoje ele está aí.” No entanto, não sabe



quando será o nascimento do bebê porque nunca fez o exame de pré-natal e não se importa em fumar um maço de cigarros por dia. “Deixei uma filha lá em Recife quando vim para cá. Na gravidez dela eu também não fiz pré-natal, fumei e deu tudo certo.”

Diferentemente das crianças João, de 8 anos, e Miguel, de 13, que riem e se esbaldam na Guarapiranga porque acreditam que “essa história de que a represa está suja é mentira das pessoas. É só não beber da água, e hoje a gente não engoliu água nenhuma vez!”, Deisiene se sente incomodada quando questionada sobre o porquê de escolher a Praia da Lola para se divertir. “Eu sei que posso pegar doença de pele nessa água, mas eu gosto daqui e a gente vem para cá quase toda semana. Penso que desde o momento que a gente trabalha, a gente tem o direito de se divertir um pouco. O rico vai para a praia, mas nós pobres somos que nem merda e vai para a represa mesmo, que é o lazer feito nas coxas”, conclui com uma risada embaraçada.

Lazer pela metade ou não, a verdade é que mesmo sendo destino final de esgoto, a Guarapiranga também é o lugar escolhido pelos amantes dos esportes náuticos. Quando o litoral parece longe demais para um bate-volta – expressão usada por paulistanos que descem a Serra do Mar para ir à praia e voltar no mesmo dia – é na Guarapiranga que eles encontram um refúgio.

Alguns metros mais adiante de onde Deisiene toma sua cerveja e agradece a Deus por não ter ficado solteira, a estudante de publicidade Silvana Mendes, de 25 anos, dá suas voltas no pequeno veleiro Laser e não vê problema em cair na água uma vez ou outra. Mesmo porque, “é inevitável que o barco vire de vez em quando para quem não é nenhuma Scheidt como eu”, ironiza. A moça, que vai freqüentemente com seu carro do bairro de Pinheiros, na zona oeste da cidade, até a Guarapiranga, na zona sul, e paga R\$ 50 a hora pelo aluguel do barco, conta que já presenciou momentos dignos de poema enquanto velejava nas proximidades da escola Pêra Náutica – um dos clubes da região que dá aulas de vela e windsurfe para iniciantes, além de alugar barcos, caiaques e outros equipamentos náuticos.

“Um dia desses, eu estava velejando lá pelas cinco da tarde. O pôr do sol estava maravilhoso e refletia na água, que naquele dia estava parecendo um espelho de tão clarinha. O vento também estava uma delícia”, descreve a moça. “De repente, vi um grupo de pássaros voando bem rente à água. Foi uma das coisas mais lindas que vi na minha vida. Não acreditava que estava em São Paulo”, finaliza. Ao contrário de Deisiene, Silvana não acredita na possibilidade de pegar alguma doença nas águas da represa. Mas dá o seu pitaco: “Acho que a mídia exagera um pouco na questão da poluição da Guarapiranga. Aprendi a velejar aqui e venho há mais de um ano. Nesse tempo todo nunca senti um cheiro ruim de esgoto.”

A opinião de Silvana é dividida por Paulo Pêra Rodrigues, de 49 anos, sendo que 35 deles freqüentando a Guarapiranga. Proprietário da escola Pêra Náutica e local onde Silvana aprendeu a velejar. Pêra (como é conhecido) não se conforma com a maneira como a mídia trata a represa. “A imprensa vem aqui e não mostra a realidade do lugar. Mostra um pedaço que está cheio de esgoto e porcaria. Eu fiz dois trabalhos na região, um com a rádio Eldorado e o outro com a ESPN. Mostrei os pontos fortes e os fracos. E a represa tem muitos pontos fortes, mas tem muita gente que está do outro lado da barragem que não sabe o que é isso aqui. Acham que é como o rio Tietê. Mas vou te dizer, a água limpa usada para diluir a água do rio Pinheiros, sai daqui. Porque ali na Marginal é uma área nobre e

aquilo fede pra caramba, então tem que forçar água limpa para feder menos. É uma associação de poluição injusta pra caramba.”

Jornalista esportista há mais de dez anos, Fernando Solano foi quem fez a reportagem para a rádio Eldorado da qual Pêra se orgulha por ter participado. Apesar de ter mostrado as diferentes faces da represa, Solano afirma que sua opinião nunca mudou em relação à ela e sempre recomenda aos seus ouvintes da rádio Mitsubishi (para a qual trabalha atualmente) que dêem uma velejada por lá. “Fiz a matéria em 2000 ou 2001, e minha opinião não mudou depois disso porque eu já conhecia a represa. Quando se fala dela, é sempre como um reservatório de água, e também das ocupações irregulares no entorno, bem como da poluição. Lembro-me apenas de uma situação diferente: quando se fala no Robert Scheidt, que é um campeão olímpico e começou a velejar lá”. O jornalista acredita que a mídia pode ajudar na recuperação da represa, mostrando a necessidade de preservá-la e divulgando o caráter esportivo que ela pode ter.

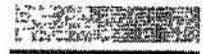
Uma rede de histórias

Quem procura a Guarapiranga para velejar sabe que ali é como um curso de graduação dos mais concorridos. “Ela é ótima para treinar devido aos ventos variáveis que ensinam o velejador a ficar atento durante todo o percurso”, revela Robert Scheidt. O atleta conta também que a modalidade esportiva só existe em São Paulo graças à Guarapiranga. “A vela surgiu com a represa e está desaparecendo na proporção em que ela se polui e se torna inadequada para a prática de esportes”, lamenta.

Mas quem conta um pouco melhor sobre o surgimento do esporte na cidade é o comodoro (termo que equivale à função de presidente) do São Paulo Yacht Club, Nicholas Edbrooke, de 62 anos. “Nosso clube foi fundado em 1917 por um grupo de ingleses que dirigiam as lojas Mappin. Quando a represa foi criada, eles se deram conta de que aqui era um lugar bom para velejar e, como eram velejadores, vieram para cá. Acredito que pegavam um bonde até o Largo do Socorro e caminhavam o restante do caminho porque naquele tempo não tinha nada nessa região. Como não existiam barcos a vela em São Paulo, eles encomendaram peças da Inglaterra e utilizaram a madeira brasileira para construir os barcos”, conta o filho de britânicos que nasceu na Argentina e há dez anos vive no Brasil.

Assim como grande parte dos estrangeiros, Edbrooke é um apreciador das belezas naturais do Brasil. Porém, lamenta que tudo isso esteja sendo destruído pela ação humana. “Em minha opinião, o brasileiro em geral não tem consciência ambiental. A gente vê córregos das ocupações irregulares desembocarem na represa, mas também vê pessoas ricas lavando carros e calçadas com a mangueira. E ninguém pensa que a água sai daqui. As pessoas vão construindo casas sem nenhuma infra-estrutura e ninguém quer saber se está ou não num lugar permitido. Sempre me lembro de como era o litoral norte de São Paulo. Anos atrás, quando vim pela primeira vez ao Brasil, lá era uma área muito bonita, bem natural. Mas hoje em dia está tudo construído porque nunca houve controle.”

Outra pessoa que se lembra bem dos tempos áureos da natureza, principalmente os da Guarapiranga, é a arquiteta aposentada e tradutora Inês Lohbauer, de 60 anos. Com sua coletânea *História do Bairro da Riviera Paulista*, ela ficou em 4º lugar na categoria Bairro do concurso História do Meu Bairro, promovido pela Secretaria de Estado da Cultura, em 2008. Há 19 anos, Lohbauer vive no bairro da Riviera, um dos mais bem preservados que



circunda a represa e único no Brasil a ser classificado como península – característica que já lhe rendeu comparações à Riviera Francesa, na Europa. E é a própria Lohbauer quem conta a história do bairro, onde hoje vivem 240 famílias e possui uma guarita com seguranças na entrada, ruas de terra, casarões com piscinas, decks para lanchas e árvores de todos os tipos e tamanhos. “No final do século 21, o então ministro da Justiça, Herculano de Freitas, comprou essas terras e construiu a sede de sua fazenda onde hoje é a Riviera. Ele tinha 11 filhos e dividiu a terra entre eles. Depois que Herculano morreu, em 1923, cada filho criou um loteamento e começou a vender as terras. No primeiro loteamento original de 1932, além de algumas casas, construíram também um restaurante grandfinérrimo, para onde vinha toda a elite paulistana almoçar aos domingos. Os garçons usavam gravata borboleta e fraque”.

Lohbauer é filha de alemães que chegaram ao Brasil fugindo da Segunda Guerra Mundial (1939–1945), assim como a maioria dos moradores do bairro da Riviera. Apesar de não ter nascido no bairro, ela relata que desde criança já freqüentava a região. “Em 1954, meu pai comprou uma casa no bairro, mas só para a gente passar o fim de semana, porque não tinha nada aqui, nem árvore. O Herculano arrancou todas elas para fazer pasto para os gados dele. Aqui não tinha luz, não tinha água e para vir era uma viagem. Tinha que ir de ônibus até a barragem e de lá a gente pegava a lancha até o restaurante Riviera. O resto a gente subia a pé. Mas era uma delícia. Eu aprendi a nadar na represa. A água era limpa. Tinha praia com areia branquinha. Era lindo!”, recorda.

Pela importância que dá à natureza e à qualidade de vida que esta proporciona, Lohbauer decidiu se mudar de vez para a Riviera em 1989. “O bairro foi um dos poucos lugares que ficou preservado, por causa da localização geográfica de península. Como só tinha uma entrada, o acesso podia ser controlado”. Pouco tempo depois, junto com outros vizinhos que também se preocupavam com a maneira como a represa vinha sendo tratada, ela fundou a ONG SOS Guarapiranga, que existe até hoje e tem como objetivo desenvolver projetos de recuperação e preservação na região. Este, conta a arquiteta, é um projeto que surgiu na época em que o assunto preservação ambiental começou a ser discutido pela sociedade civil graças à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro.

No entanto, antes de Lohbauer se mudar definitivamente para a região da Guarapiranga, Cícero Vitorino Silva, de 48 anos, já via os efeitos do descaso do homem em relação ao manancial. O alagoano que chegou a São Paulo em 1968, trazido pela mãe viúva com seus outros oito irmãos “por algum motivo qualquer”, também tem muita história para contar. No final de 1981, ele foi a primeira pessoa a invadir a área onde, atualmente, está localizada a Favela Vila Nova Guarapiranga, próxima à Avenida Robert Kennedy. Desempregado, divorciado duas vezes e pai de três filhos com idades entre quatro e 26 anos, Vitorino afirma que chegou ali depois de ter feito uma proposta para a mulher. E não a de casamento. “Minha mãe era costureira e ela tinha até casa própria aqui perto, mas daí minha companheira ficou grávida e eu não podia mais ficar na casa da minha família. Um dia, passei por aqui e vi essa área. Perguntei para a minha mulher se ela topava vir morar num barraco comigo e ela disse que sim. Então, eu peguei umas madeiras, invadi aqui e fiz um barraco para a gente.”

Hoje, a Vila Nova Guarapiranga tem aproximadamente 1500 moradores. E assim como grande parte das construções do local, a casa de Vitorino, que fica a 200 metros da

represa, é de alvenaria. Apesar da diferença social, ele pensa como Lohbauer quando diz que prefere morar perto da Guarapiranga a qualquer outro lugar de São Paulo, devido ao ambiente tranqüilo e a natureza considerada por ele “muito linda”. Aliás, a preservação, a limpeza e a manutenção da margem da represa sempre foram motivos de preocupação para ele. Por conta disso, levou até tiro. Ele conta: “No início, isso era tudo matagal e muita gente de fora vinha jogar lixo aqui. Então, eu construí um portão de madeira para fechar a entrada. Um dia, um conhecido veio aqui e quebrou o portão porque queria jogar o lixo dele. Eu peguei minha mulher e meu filho com um mês de nascido e fui para a casa da minha mãe. Quando voltei, perguntei: ‘O senhor que quebrou o portão, Seu João?’. Ele não falou nada. Quando eu me agachei para levantar o portão, o velho me deu um tiro a 1,5 metro de distância que atingiu meu pescoço. Quando eu ia saindo, ele ainda me deu uma pedrada e fugiu. Nunca mais ele voltou e hoje o lugar está bonito do jeito que está. E sabe por que ele não voltou? Porque o capeta o carregou. Alguém matou aquele velho desgraçado.”

Apesar de narrar a história em detalhes, Vitorino afirma não saber quem assassinou o Seu João. Mas, provavelmente, seu corpo foi jogado na Guarapiranga porque, mesmo que em menor grau, essa ainda é uma prática recorrente na região, como conta Marco Lucena, de 48 anos, diretor do Parque Ecológico do Guarapiranga, localizado próximo a Riviera. “Antes de ser a área de lazer que o parque é hoje, aqui era um local de desova de cadáveres. No primeiro mês que cheguei, 10 anos atrás, vi quatro corpos baleados jogados na água. Seis meses depois, vi mais dois. Ao longo de nove anos, eu vi nove corpos.” Além das mortes por balas, o afogamento também é um caso comum na represa. De acordo com o Corpo de Bombeiros de São Paulo, durante os meses de verão são encontrados, em média, 35 corpos boiando nas águas da Guarapiranga e de sua vizinha Billings.

E foi justamente em um desses verões abafados comuns de São Paulo que um dos alunos de Cléber Luis Ribeiro, de 45 anos, faleceu por falta de precaução. “No começo de 2000, um dos meus alunos de futebol de 15 anos morreu afogado. Mas não foi só ele não, vários amigos meus também se afogaram na represa”, comenta, sem mostrar qualquer abalo emocional. Ele é um dos moradores antigos do Jardim Herculano, bairro próximo ao Parque Ecológico e da Avenida Guarapiranga. Vindo de Minas Gerais quando tinha ainda 5 anos de idade, o professor da rede pública, que nas horas vagas dá aulas de futebol no Parque Ecológico, afirma que a Guarapiranga não era destino final apenas de cadáveres e esgoto. “Há 20 anos, ali onde hoje é o parque era um lugar conhecido como ‘tancão’. Era um cemitério de motos e carros roubados. A situação só veio melhorar depois que construíram o parque, em 1999. Tiraram todo o lixo, e aí montaram aquele Museu do Lixo que tem lá dentro.”

Mesmo com as perdas pessoais e a violência que, na opinião dele, “um dia já foi pior”, Ribeiro é outro que não troca seu bairro por nenhum outro. “Quando minha família chegou aqui em São Paulo em busca de trabalho, meu pai escolheu esse lugar para morar porque tinha roça e muita plantação de verdura. Ele gostava disso, mas trabalhou durante 30 anos como motorista de ônibus. O fato de o progresso não ter chegado em maior proporção aqui foi muito bom porque você sabe que o progresso traz todo tipo de gente disposta a todo tipo de coisa. Aqui é uma delícia. A gente pode sair e deixar a casa aberta. O ambiente é muito familiar. Conheço as pessoas mais antigas daqui que eram amigos dos meus pais.” No entanto, ele reclama das proibições municipais. “A gente plantava

mandioca, milho, feijão, tudo. Agora acabou tudo porque a prefeitura não permite nenhuma atividade em área de manancial, ela isolou tudo. Em partes foi ruim para a gente, porque criávamos até vaca aqui.”

Depois da reclamação em relação às ações em seu bairro, Ribeiro reconhece que conceitos sustentáveis, como a reciclagem, podem dar frutos de qualidade. “Temos um regulamento no parque que proíbe os meninos de quebrarem ou chutarem uma árvore e de jogarem lixo no parque. Tudo isso eles aprendem na escola também, mas é um processo que tem retorno a médio e longo prazo. O que está tendo resultado agora é a coleta de latinhas e garrafas pets. Eu recolho esse material e levo em um depósito aqui perto que faz reciclagem. Vendo e compro uma bola para os meninos. Falo para eles que com 50 latinhas de cerveja a gente compra uma bola. E todos ajudam porque muitos deles não têm dinheiro nem para comprar meia de futebol. Acho que já conseguimos umas 10 bolas com isso”, glorifica-se.

Natureza mais protegida

Quem também preza pelo trabalho realizado são Marco Lucena, diretor do Parque Ecológico onde Ribeiro dá aulas de futebol para crianças carentes, e Anita Blasiis, de 63 anos, coordenadora do departamento de educação ambiental do parque. O trabalho dos dois consiste em incitar o questionamento nos freqüentadores do local em relação ao meio em que vivem. “O parque foi criado em um decreto do [então governador de São Paulo Orestes] Quécia em setembro de 1989 e inaugurado em abril de 1999 com o objetivo de preservar a fauna e flora existentes; além de despertar a consciência ambiental nos visitantes e, principalmente, nos moradores do entorno”, explica Lucena.

O diretor conta ainda que durante a década de 1980, a área do parque sofreu sério desmatamento devido às ocupações irregulares. Sem mata nativa, o processo de assoreamento começou a acelerar. Diante do fato, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado fez com que a área de pouco mais de 250 hectares de extensão, que ocupa 7% dos 28 km no entorno da Guarapiranga, passasse por um processo de reflorestamento em que foram plantadas 379 mil mudas. No entanto, algumas foram destruídas, como relata Lucena. “Algumas dessas mudas não vingaram em função de culturas que o pessoal considera bacana, como o balão. Ou ainda porque o cara corta o mato que, na opinião dele, faz com que entre cobra em sua residência”, explica o diretor, que entende que a degradação ambiental ocorre por falta de interesse dos moradores mais pobres que priorizam outras necessidades. “A gente constata que o migrante que vem em busca de uma vida melhor chega aqui e está preocupado com sua subsistência. Primeiro ele precisa morar e comer. Depois vai se preocupar com o lazer e lá na frente, com o meio ambiente. O duro é que esse povo é itinerante. Eles vêm, ocupam irregularmente, vendem e depois vão para outros lugares. Quando você faz qualquer trabalho numa rua e depois volta, nem sempre são as mesmas pessoas. Muda muito. Para você ter uma idéia, 95% das pessoas que freqüentam esse parque não têm o primeiro grau. 97% são da classe E, D e C”. “Eles não têm a mínima noção de que o esgoto deles vai para a água que eles bebem, por exemplo”, complementa Blasiis, para Lucena então concluir: “De onde vem a água? Da torneira. De onde vem a laranja? Do mercado. De onde vem o leite? Vem da caixa’. Essas são respostas



comuns, pois a necessidade de subsistência é tamanha que eles não pararam para pensar nessas coisas.”

Além de duas quadras de futebol, academia improvisada de musculação e biblioteca, o Parque Ecológico também oferece atividades gratuitas para os frequentadores. Entre elas: oficinas culturais, apresentação de vídeos ecológicos produzidos pela Secretaria do Meio Ambiente e debates sobre temas ambientais, como reciclagem e preservação da mata nativa. Mas a visita também é válida por outros aspectos. Além da tranquilidade e da sensação do ar ser mais puro do que em outros bairros paulistanos, o visitante pode, sem gastar nada, conhecer salas temáticas com a história da represa e o inusitado Museu do Lixo. Na sala onde funciona, estão expostos mais de 120 itens retirados do fundo da represa. As “obras de arte” são geladeira, liquidificador, brinquedos, sofá e, até mesmo, um carro sem motor – que, provavelmente, foi parar ali depois de ter passado pelas mãos de algum ladrão.

Mesmo com o trabalho feito em prol da educação ambiental, Lucena afirma que os recursos são escassos e, por isso, as dificuldades são muitas. Apesar de não revelar a verba do parque, que, segundo o diretor, tem 45 funcionários e é três vezes maior do que o Parque Ibirapuera (uma das mais famosas áreas de lazer paulistanas), sendo que apenas 13% da área é aberta à visitação. “Não temos muito recurso, então temos que trabalhar com o que tem. Não adianta apertar alguém para fazer alguma irregularidade só para atender as nossas necessidades. O tempo de resposta do poder público é mais demorado se você quer fazer algo dentro da legalidade, mas o usuário às vezes tem uma necessidade e quer uma resposta rápida. E com razão. Por exemplo, uma empresa estava prestando serviço aqui, mas faliu. Daí, para contratar uma nova empresa, você precisa fazer uma licitação pública e isso demora um tempo”. O diretor do parque conta que chamou Blasiis para a coordenadoria de educação ambiental justamente porque ela propunha alternativas criativas para minimizar problemas financeiros não só do parque, mas de toda a redondeza. Como, por exemplo, instalar aquecedores solares caseiros nas casas e estabelecimentos da região para, assim, economizar energia elétrica.

Moradora do bairro da Riviera desde 1980, a finlandesa Anita Blasiis veio para o Brasil em 1949 porque o pai médico não conseguia emprego na terra natal. “Meu pai veio fugindo da discriminação. Ele era finlandês, mas sua fala era sueca porque durante muito tempo a Suécia invadiu a Finlândia. E o finlandês não aceitava o sotaque sueco. Quando meu pai se formou, ele não conseguia emprego por causa do sotaque dele. Ele foi então para a Suécia achando que lá conseguiria emprego, mas também não conseguiu porque era finlandês”, recorda. Amante da natureza, Blasiis conta que morou em vários bairros até descobrir a Guarapiranga para onde vinha se divertir. “Lembro-me que com 14 anos, eu e meus amigos vínhamos de bicicleta, a pé ou de ônibus para nadar aqui. Depois me divorciei, vim para a Riviera porque precisava trabalhar para sustentar meus três filhos, e achei que aqui eles poderiam ficar sozinhos em casa [na época, o mais velho tinha 6 anos e a mais nova, 3]. Mas vim também por causa do espaço, pois nunca conseguiria morar em um apartamento. Gosto de espaço e de verde.”

Por conta disso, e do budismo – religião de qual Blasiis é adepta há 23 anos – ela é uma das pessoas que vem ajudando a manter o espírito e propósito ecológicos do parque. “Uma das diretrizes do budismo é a de que não conseguimos separar um indivíduo do meio ambiente porque ambos estão juntos. Nós fazemos o ambiente em que vivemos. Não



falando apenas em natureza, mas quando você acaba morando num lugar onde é degradado... Não é à toa que você está ali. Você tem que mudar aquilo e você faz o seu ambiente, que é de sua responsabilidade. Quando passamos por dificuldades, sempre culpamos o outro e xingamos o terceiro, mas as coisas não funcionam assim”, explica a ex-costureira, que considera gratificante quando conversa com uma pessoa sobre preservação ambiental e vê sair um resultado positivo do diálogo.

Crianças de futuro

No entanto, mais do que cobrar ações da população e promover atividades de conscientização, a melhora nas condições da represa virá se as crianças forem educadas nesse sentido desde cedo. Isso é o que diz um dos principais personagens envolvidos com o local, Xico Graziano, secretário estadual do Meio Ambiente. “Essa é uma das áreas de atuação nossa, e eu, particularmente, tenho muito interesse pela região. Me sinto desafiado em saber se a gente consegue melhorar a situação. No dia 05 de junho [de 2008], começamos uma campanha de educação ambiental na Guarapiranga. Preparamos uma apostila ambiental para quase 300 escolas públicas localizadas nos sete municípios inseridos no território da represa. Com isso, estamos querendo preparar uma nova cultura e vamos fazer isso através dos jovens e das crianças. Precisamos ensinar o valor da água e, ao mesmo tempo, o governo tem que fazer coleta e tratamento de esgoto.” Graziano imagina que até 2014, todo o esgoto da Guarapiranga será coletado e levado para tratamento na estação de Barueri e isso será fundamental para o processo de limpeza da represa.

Manancial limpo significa também mais uma opção de lazer para as crianças. E com isso, menos violência nas ruas. Para o professor Cléber Luis Ribeiro, que três vezes na semana dá aulas gratuitas de futebol no Parque Ecológico, as crianças de hoje não têm as mesmas opções de lazer que ele próprio tinha antigamente, quando ia brincar na represa e “a vida era mais simples”. “O principal problema das crianças e dos jovens da região são as drogas, principalmente a maconha. Muitos são influenciados por amigos e precisam ter seu tempo ocupado para não seguir por esse caminho que, muitas vezes, termina na cadeia. A opção de lazer deles é o baile de rua, as drogas ou treinar futebol. Eu vejo o que muitos estão passando. Percebo que querem jogar bola, querem amizade, querem ocupar o tempo deles. Então, quando o garoto entra aqui, vou até a casa dele para conhecer a família e criar um envolvimento. E também cobro o rendimento escolar deles. Se tirar nota vermelha, está fora do jogo.”

Do outro lado da represa, próximo à Avenida Robert Kennedy, outros professores exigem a presença na escola, mas não se importam com notas baixas. Com ajuda de voluntários, os oceanógrafos Fernando Marinheiro, de 25 anos, e André Ramos, de 27, vão além das aulas sobre técnicas da vela, do caiaque e do remo para uma turma de 80 crianças e jovens carentes da região. Coordenadores da ONG Peixe Vivo, os rapazes pretendem não apenas lançar talentos com o projeto Revelar, lançado em 2007 pela prefeitura de São Paulo, mas também mudar consciências. “Apesar de elas morarem no entorno da Guarapiranga, essas crianças não têm nenhuma identidade com a represa quando chegam aqui. Elas não se identificam com esse ambiente porque sempre vêm de longe um veleiro ou um jet ski passando e acham tudo aquilo inatingível. Então, eles poluem mesmo, não têm nenhum cuidado. Aqui, trabalhando com o esporte náutico, instintivamente, elas



desenvolvem essa relação íntima com o lugar porque todo mundo quer velejar em uma água limpa. Ela vai tomar um cuidado em não jogar lixo, vai falar isso para um amigo e para a mãe que jogava o saquinho de lixo na represa. Trabalhar com esporte na represa muda tudo e dá para perceber isso nelas”, relata Fernando.

A ONG que os oceanógrafos coordenam fica na sede do clube ADC Eletropaulo, que foi revitalizado pelo pai de Fernando – Paulo Marinheiro – depois que a Eletropaulo foi privatizada e a área de 90 mil metros quadrados onde os funcionários da companhia tinham uma opção de lazer, foi abandonada. “Em 2004, meu pai fundou a ONG que, a princípio, era para trabalhar com crianças carentes, mas daí a gente deu um enfoque mais ambiental também porque estamos na beira da represa e criamos outros projetos para trabalhar com as crianças que a gente já tinha aqui. Vim para cá um ano depois, chamei o André e nós demos esse enfoque mais ambiental, trabalhando com a limpeza da represa e com a conscientização das crianças e dos pais delas para preservação do manancial”, conta Fernando.

Além dos esportes náuticos praticados duas vezes por semana em dois horários diferentes, os participantes do Revelar também entram em contato com outro mundo cultural pouco conhecido por eles. André explica: “Hoje estamos trabalhando com capoeira. Mas não é só aprender a jogar a capoeira, contamos história dela também. Já falamos sobre saúde preventiva e doenças comuns na comunidade deles, como dengue e leptospirose. Explicamos como surge a doença, como evitar, como eles mesmos podem ser agentes na comunidade deles para evitar esse tipo de doença, entre outras coisas. E também temos uma biblioteca com 10 mil títulos que pode ser usada à vontade. Então, nesse momento, oferecemos muita coisa sem ser necessariamente o esporte náutico”. “A única exigência para usufruir disso, explica Fernando, é que estejam matriculados e freqüentem a escola, e que tenham entre seis e 16 anos”.

Os rapazes acreditam que o trabalho surtirá efeito porque as crianças são mais abertas do que os adultos para aprender novos valores. “As crianças disseminam o que aprendem aqui. E são essas pequenas ações, esse trabalho de formiguinha, que têm um resultado prático. Se você deixar de jogar uma latinha na represa, já vai ter um benefício. Já vai preservar. Mostramos a importância de reciclar essa latinha e o lixo. Elas têm esse conhecimento e passam isso para os pais. É a mesma coisa do voto. Você pode pensar que seu voto não vai mudar nada, mas é o voto de todo mundo junto que elege um presidente, um vereador... E aqui é a mesma coisa, você trabalha uma, duas, 80 crianças e essa informação vai sendo disseminada”, observa Fernando.

Já André explica que a intenção do projeto não é transformar as crianças em ambientalistas. A intenção é conscientizá-las para que o futuro da represa seja um pouco diferente. “Com o tempo aprendemos que não adiantaria sentar essas crianças numa sala de aula para fazer uma educação ambiental, explicando como é um ecossistema ou qual é a função da água. Não ia adiantar porque a base deles é muito fraca. Percebemos que no diálogo, nas brincadeiras e nas atividades, podemos questionar se eles escovavam os dentes com a torneira aberta ou se a mãe recicla o lixo em casa. Com esse tipo de atividade, os pais começaram a vir aqui e contavam que os filhos passaram a brigar com eles quando jogavam um lixo no chão. Começamos a ver que era muito mais fácil trabalhar nesse foco do que querer transformá-los em ambientalistas. Precisamos dar base dentro de casa e começar a mudar o cotidiano deles para futuramente pegar mais pesado e falar sobre ecossistema,

aquecimento global, a importância da água – coisa que já conseguimos fazer com alguns hoje.”

Talvez Fernando e André sejam exemplos do que a budista Anita Blais menciona a respeito da relação das pessoas com a natureza – indivíduos conscientes que assumem suas responsabilidades sobre ela. Apesar de insatisfeitos com a falta de apoio financeiro, os dois afirmam que dão continuidade ao projeto porque respeitam a represa. “Hoje, minha relação com a Guarapiranga é de tristeza, mas tenho esperança de que vai melhorar porque, se não, não estaria aqui. Essa é uma área que em países de primeiro mundo seria atrativo turístico, mas aqui no Brasil o que se vê é ocupação desordenada a perder de vista com esgoto jogado diretamente na represa. É triste pensar nisso porque todo mundo consegue passar sem petróleo ou gasolina, mas ninguém consegue ficar cinco dias sem água. E essa água a gente bebe. Mas vai chegar uma hora em que a preservação da represa da Guarapiranga deverá ser feita de qualquer jeito. E não serei eu que vou falar isso. As próprias condições ambientais e a falta de água vão nos forçar a preservá-la”, desabafa Fernando, que completa: “Nós estamos lutando para manter isso daqui, só que não podemos desistir, porque se a gente não fizer ninguém vai fazer”.



Conclusão

O *Relatório de Desenvolvimento Humano*, apresentado pela Organização das Nações Unidas em 2006, aponta para uma triste realidade. A maior barreira para resolver o problema de acesso à água e ao saneamento em países em desenvolvimento é a falta de vontade política aliada à má gestão. Enquanto habitantes de países desenvolvidos, como os EUA, consomem 575 litros de água por dia; na África, esse número pode cair para cinco em alguns países. O documento vai além e afirma que 1,1 bilhões de pessoas não têm acesso à água potável.

Já no Brasil, a região norte apresenta o pior índice do País: 43,3% dos seus habitantes se encaixam nessa relação da ONU. De acordo com a Companhia de Água e Esgoto do Amapá, quatro em cada dez pessoas não possuem água potável no seu dia-a-dia, apesar de a capital do Estado ser banhada pelo rio Amazonas – o maior em volume de água do mundo. Uma contradição que pode ser comparada à situação de pessoas como Cláudia – moradora na favela da Muriçoca, localizada à margem da represa do Guarapiranga. Sem qualquer assistência social, ela acredita que sua maior dificuldade seja a constante falta de água para beber e cozinhar.

Sem dúvida, a represa pode ser um exemplo da má administração por parte dos representantes políticos brasileiros, que favoreceram a sua degradação ao longo dos seus mais de 100 anos de existência. No entanto, somado a isso, não é difícil constatar a falta de consciência do morador de São Paulo, que, em muitos casos, não sabe de onde vem a água desperdiçada para lavar carros ou calçadas. Apesar de ainda abastecer parte substancial da população com sua água, aos poucos a Guarapiranga vem sendo destruída e clama por socorro.

O poder público, ao que tudo indica, trouxe a ajuda de que o manancial tanto precisa com a Operação Defesa das Águas. Comandada pela prefeitura e pelo Estado de São Paulo, ela é um exemplo de que os governantes estão voltando seus olhares para os locais de produção de água da cidade, principalmente a Guarapiranga. Projetos de urbanização de favelas, limpeza de córregos, instalação de redes de esgoto, controle e fiscalização contra o surgimento de novas ocupações irregulares são ações que, mesmo que lentamente, estão sendo feitas efetivamente. Porém, o caminho para o que se considera ideal ainda é longo.

Mais do que existirem ações como essas, é preciso que os governantes dêem continuidade a elas – e é bem provável que a Operação Defesa das Águas continue na nova gestão do prefeito Gilberto Kassab, pois essa foi uma das metas propostas por ele durante a campanha nas eleições de 2008. No entanto, há também a necessidade de levar informação para a população paulistana em geral, e não apenas para os moradores do entorno da represa. Quando nem mesmo aquele que mora na região se mostra preocupado com o futuro do manancial, fazer uma pessoa que viva mais afastada dela entender o porquê de economizar água pode ser um desafio ainda maior. Dar infra-estrutura para quem já está vivendo ali se mostra uma tarefa urgente e necessária, mas a educação é, com certeza, a arma mais eficaz contra a falta de consciência ambiental.



Nesse sentido, os ambientalistas mais atuantes podem querer esmorecer em relação às suas convicções. Pois, apesar de existirem projetos e pessoas atuando a favor da Guarapiranga, os fatos mostram um futuro cada vez mais incerto para a represa e a qualidade da sua água. Segundo a própria Sabesp, no seu *Relatório Anual de Qualidade da Água 2007*, a água da Guarapiranga está em condições regulares, devido à presença de esgoto doméstico. Não à toa, em setembro deste ano a represa enfrentou novamente a proliferação de algas, conseqüência do excesso de matéria orgânica nas suas águas. É o mesmo problema que alertou as autoridades na época do Programa Guarapiranga, no início dos anos 1990.

A história conta que a suposta modernização e a concreta expansão da cidade trouxeram apenas conseqüências desfavoráveis à natureza. No entanto, o mesmo enredo se repete quando os fatos apontam para uma maior ocupação na região depois da obra do Rodoanel. Apesar de os responsáveis pelo empreendimento mostrarem planos de compensação ambiental, a realidade é outra. O reflorestamento prometido pela Dersa vem sendo feito a uma velocidade muito menor do que a imponente construção de concreto. Diante disso, é muito provável que a rodovia atrairá novos moradores e/ou indústrias para as regiões próximas à Guarapiranga e à Billings.

Junto a esses prováveis habitantes que ainda virão, caso não haja um controle efetivo, coloca-se em xeque a capacidade de o Estado, o município e a Sabesp cuidarem da coleta e do tratamento do esgoto. Mesmo hoje, quando já estão em curso programas como a Defesa das Águas e o Córrego Limpo, boa parte do que é despejado na Guarapiranga não é tratado – fato que prejudica tanto a qualidade da água quanto favorece o assoreamento do manancial, que sofre com a escassez de chuvas em São Paulo, principalmente durante os meses de inverno.

Os baixos níveis de água não só comprometem a distribuição de água para os quase 4 milhões de moradores da cidade como também prejudica o potencial esportivo e turístico que a represa tem de sobra. Sem água para tomar banho, lavar roupa, cozinhar ou velejar, paulistanos de diferentes lugares e classes reclamam da falta de água. Mas achar o culpado por isso tudo não é simples. Ele pode, inclusive, não ser determinado. Afinal, os responsáveis pelo ambiente em que vivemos somos nós mesmos, como sugeriu a budista Anita Blasiis.

Se a Guarapiranga vai conseguir ou não fornecer toda a água necessária para as atividades humanas que hoje dependem dela, é uma incógnita. Porém, não restam dúvidas de que essa incerteza pode ter respostas diferentes, dependendo das atitudes que a sociedade como um coletivo tomar. Ela poderá, sim, se recuperar dos problemas causados pelos anos de descuido, se cuidarmos para que isso aconteça. Elegendo pessoas conscientes, conhecendo de perto as necessidades do local e fechando a torneira nos momentos desnecessários. Caso contrário, a represa poderá perder todo o seu brilho e se tornar apenas mais uma fonte hídrica poluída e abandonada da cidade.

“Todo mundo se preocupa com a água que vai beber, mas ninguém se preocupa com a água que vai deixar para os outros beberem”. A frase, proferida por Fernanda Bandeira de Mello, da Secretaria do Meio Ambiente, é verdadeira e serve como alerta para toda a sociedade. Porque num cenário em que bilhões de pessoas sofrem pela falta de água potável, deixar o futuro da Guarapiranga sem o devido cuidado é algo digno de um atestado de ignorância e desrespeito ao planeta.



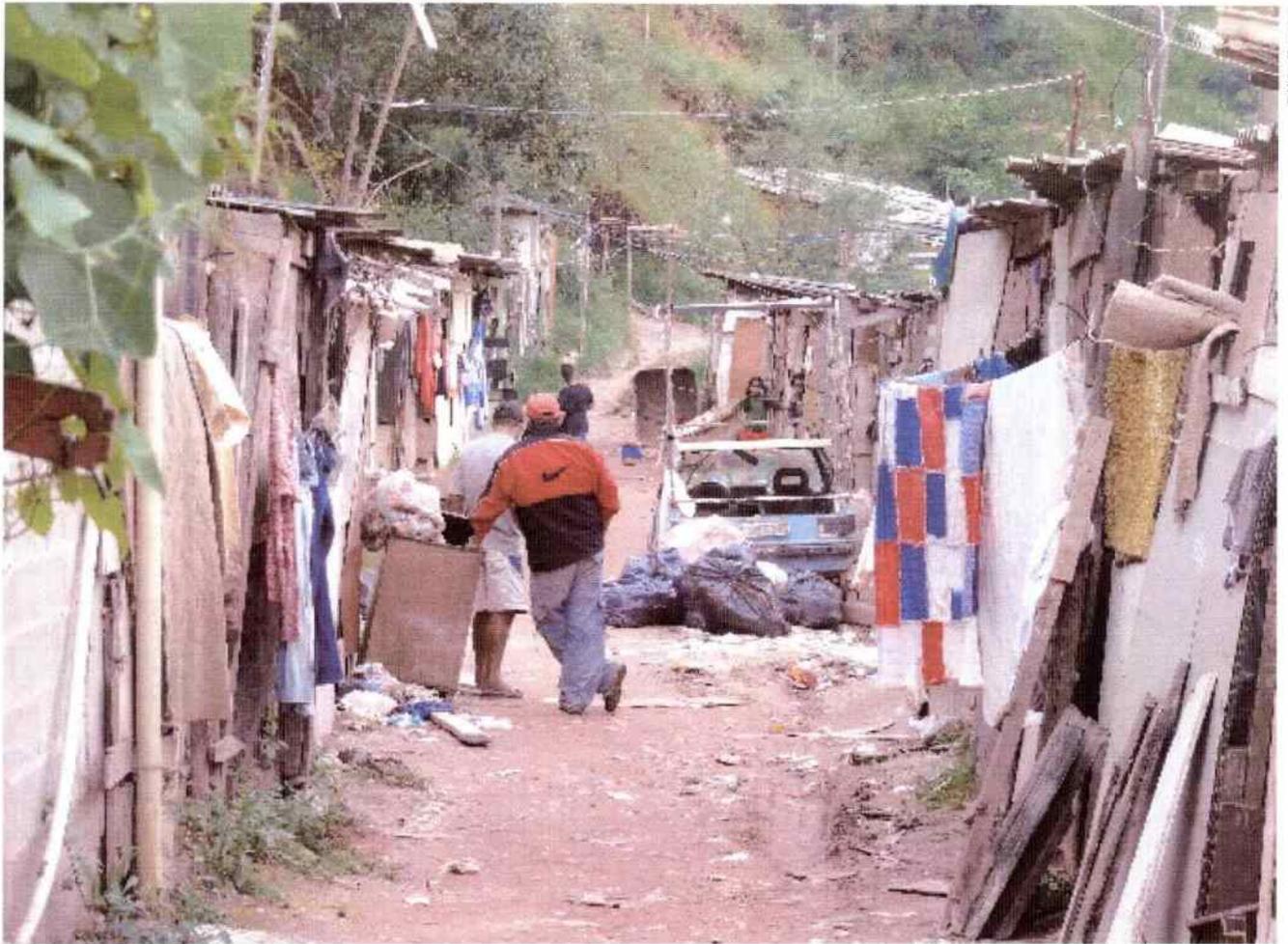
Reprodução

Construção da barragem do rio Guarapiranga, em 1906



Paulo Lima

Vista aérea da represa do Guarapiranga, com o rio Pinheiros no primeiro plano



Fabio Zemmann

Vieira da favela da Muriçoca, localizada na margem esquerda da represa, próxima ao Parque Ecológico



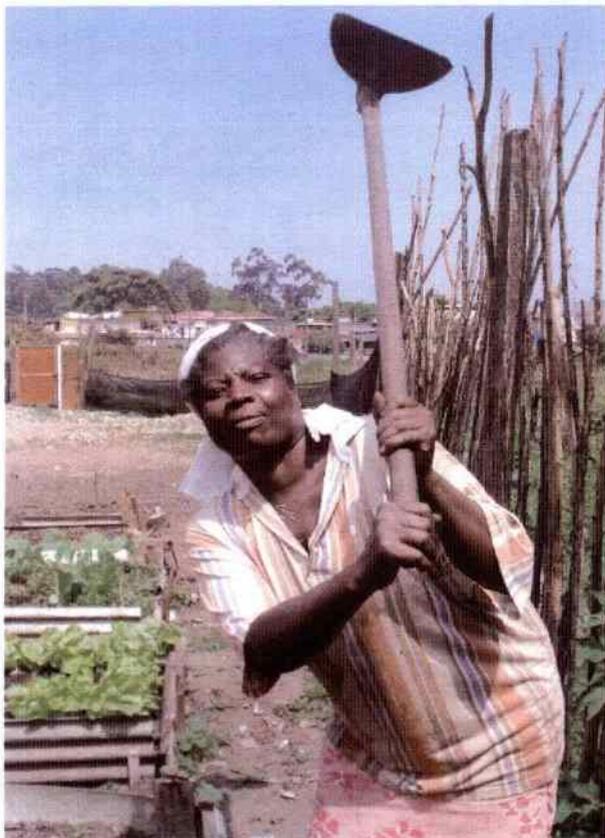
Samira Menezes

Não muito distante da Muriçoca, o bairro da Riviera revela o contraste social que há na Guarapiranga



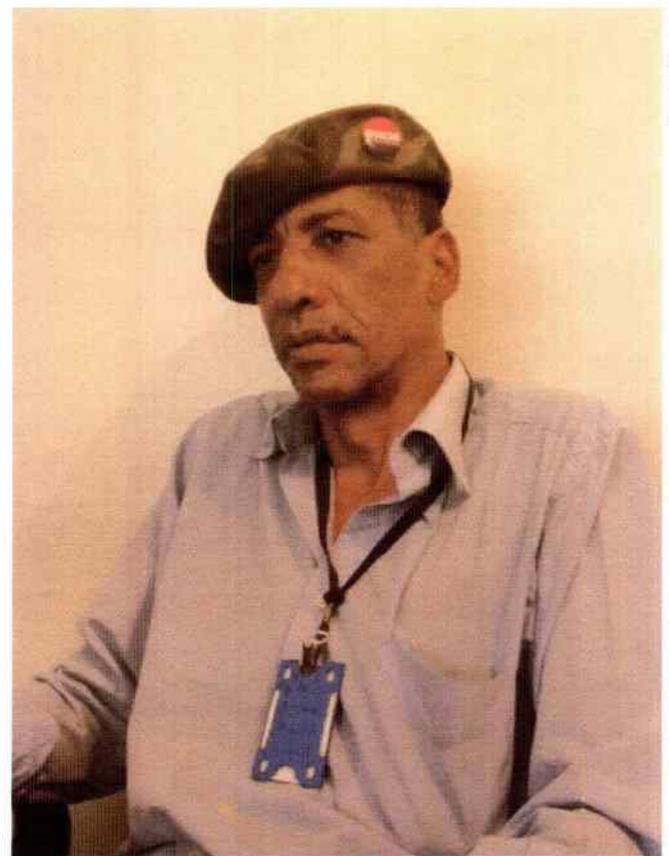
Fabio Zemann

Cláudia, moradora da Muriçoca, é uma das quase 150 mil pessoas que vivem em favelas nas proximidades da represa



Samira Menezes

Maria Izabel, ao lado da sua horta na favela Vila Nova Guarapiranga



Samira Menezes

Anselmo José de Almeida, líder comunitário mais conhecido como Nei Favela





Fabio Zemmann

Entre as mais de 250 espécies de aves que podem ser observadas na região, a garça branca é uma das que podem ser vistas com maior frequência

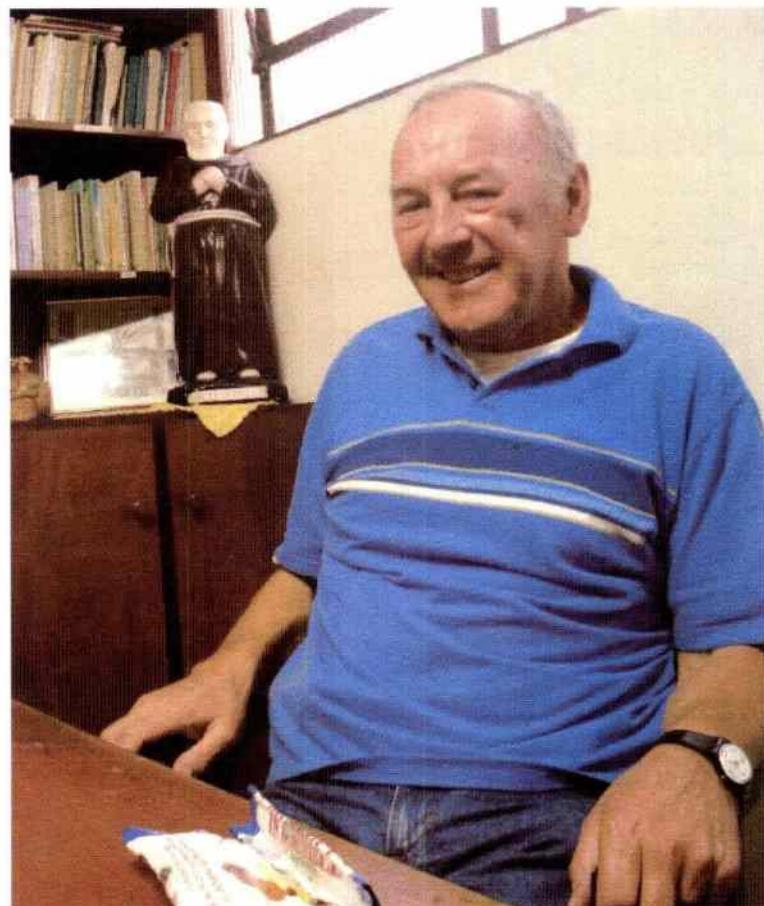


Fabio Schunck

Registro de aparição do tuíuiú feito pelo biólogo Fabio Schunck, em 2004, próximo à Ilha dos Eucaliptos. O pássaro tinha sido visto pela última vez em São Paulo no ano de 1893



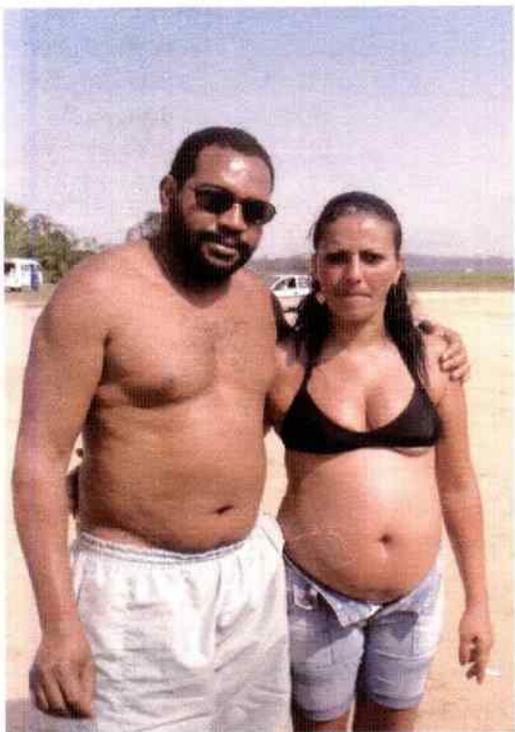
Na barragem do Guarapiranga, Mauro Scarpinatti (em cima do carro) organiza os participantes da terceira edição do Abraço Guarapiranga, realizado em junho de 2008



Dentro de sua sala, na paróquia Santos Mártires, padre Jaime posa para a foto. Sem o cachimbo de que tanto gosta



Numa sexta-feira abafada, enquanto barcos a vela passeiam pela represa, algumas pessoas aproveitam a praia da Lola para se refrescar. Ela é um dos locais que a Operação Defesa das Águas irá revitalizar



Deisiane e seu marido encontraram na Guarapiranga uma opção de lazer



Para os garotos João (a esquerda) e Miguel, a única restrição para entrar na represa é não engolir água

